



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0978/11	DATA: 07/07/2011
INÍCIO: 10h04min	TÉRMINO: 13h15min	DURAÇÃO: 03h11min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h11min	PÁGINAS: 61	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PRISCILLA CAROLINE DE SOUSA BRITO - representante da Articulação de Mulheres Brasileiras — AMB.
OSÍRIS BARBOZA - Diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.
JOSÉ ANTÔNIO MORONI - membro do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos — INESC e representante da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.
LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA) - membro da Secretaria-Executiva Nacional da Central Sindical e Popular — CONLUTAS
MARCELLO LAVENÈRE MACHADO - representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB.

SUMÁRIO: Audiência pública com os convidados.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 26ª reunião ordinária, realizada ontem.

Indago ao Plenário se há necessidade de sua leitura.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Solicito a dispensa, tendo em vista que já temos o documento em mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública com representantes da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, que tem como coordenadora a Deputada Luiza Erundina, que convido para compor a Mesa e presidir esta reunião conjunta.

Informo que foram convidados para a reunião de hoje os seguintes representantes da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular: Priscilla Caroline de Sousa Brito, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras — AMB; Osíris Barboza, Diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; José Antônio Moroni, membro do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos — INESC e representante da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político; Marcello Lavenère Machado, representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB; e Luiz Carlos Mancha Prates, membro da Secretaria-Executiva Nacional da Central Sindical e Popular — CONLUTAS.

Agradeço desde já a presença a V.Sas. e, considerando a limitação de lugares, informo que os convidados serão chamados a tomar assento à Mesa no momento em que forem proferir suas exposições.

Dando início aos trabalhos, esclareço que os palestrantes disporão de até 15 minutos para a sua exposição.



Lembro aos nobres pares que, após as apresentações, será concedida a palavra aos Deputados, pelo prazo de 3 minutos, para as suas manifestações, tendo os palestrantes igual tempo para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Informo que a lista de inscrição para o debate encontra-se à disposição dos Srs. Deputados, na mesa de apoio.

Convido para sentar à Mesa a Sra. Priscilla Caroline de Sousa Brito, para que faça a sua exposição. *(Pausa.)*

Sra. Priscilla, antes de passar a palavra a V.Sa., para a sua exposição, gostaria que a Deputada Luiza Erundina, Presidente da Frente Parlamentar pela Reforma Política no Congresso Nacional, fizesse os esclarecimentos iniciais nesta reunião de audiência pública.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, convidados, demais presentes a esta reunião, quero rapidamente apenas introduzir o assunto, dando algumas informações a respeito da Frente Parlamentar.

É uma Frente Parlamentar Mista, composta por Deputados e Senadores, e tem uma coordenação colegiada. É formada por 211 Parlamentares — Deputados e Senadores — e por 24 representantes de entidades da sociedade civil. A Frente Parlamentar já existia, mas não com o caráter misto, de Câmara e Senado, com o caráter de Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular.

Essa Frente Parlamentar acompanhou todo o processo de construção daquela proposta de reforma política relatada pelo nobre Deputado Ronaldo Caiado, na Comissão Especial de 2002. A Frente apresentou mais de dez emendas ao projeto levado ao plenário. Como sabemos, depois de 5 anos, não obteve sucesso.

Nesta nova tentativa de se construir uma proposta de reforma política para o País, a Frente Parlamentar foi reativada e, além de ser mista, composta por Deputados e Senadores, continua contando com a participação popular. As entidades que a compõe são muito representativas da sociedade civil. São entidades nacionais, são grupos sociais bastante ativos e militantes na sociedade. Aliás, essas entidades construíram a Plataforma dos Movimentos Sociais, dos movimentos populares, sobre a reforma política.



Além dessas entidades, cito as centrais sindicais, a CNBB, a OAB. Enfim, é uma Frente Parlamentar muito representativa e que vem não só acompanhando os esforços da Comissão Especial da Casa, de que V.Exa. é um dos Vice-Presidentes — aliás, muito ativo, muito presente, inclusive nas conferências estaduais. Nós nos sentimos gratificados por esta reunião estar sendo presidida por V.Exa., Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo.

Neste momento, a Frente Parlamentar traz até aqui, através de sua coordenação colegiada — como representante da Câmara, eu sou um dos membros da coordenação, e o representante do Senado é o Senador Rodrigo Rollemberg, que não pôde se fazer presente aqui —, uma proposta que vem sendo gestada no curso dos anos e que, em dado momento, se transformou em sugestão ou projeto de lei de iniciativa popular, junto à Comissão de Legislação Participativa.

Portanto, é uma proposta global de reforma política que tem estado presente na Casa esses anos todos, é um projeto de iniciativa popular que está na Comissão de Legislação Participativa. Portanto, precede e provavelmente se seguirá aos trabalhos da Comissão Especial. E achamos conveniente, oportuno e necessário trazer aqui o resultado desse esforço, que expressa o pensamento da sociedade civil organizada, para que a Comissão Especial também possa — quem sabe? — incorporar algumas dessas teses, dessas propostas que constam desse projeto de lei que, como disse, tramita na Comissão de Legislação Participativa.

Era o que eu queria informar, citando também o peso da representatividade que tem este momento, com a presença de entidades muito representativas da sociedade civil, efetivamente comprometidas com a construção de uma reforma política que dê conta das graves distorções e imperfeições do nosso sistema político, sobretudo focada na construção de mecanismos de democracia direta, ou seja, na implementação dos mecanismos de democracia direta e participativa que constam da Constituição de 1988 e que, lamentavelmente, até hoje não passaram pela devida regulamentação — portanto, não foram incorporados à prática política da cidadania brasileira. Há um grande apelo para que as mudanças que vierem a ocorrer no sistema da democracia representativa sejam acompanhadas pela concretização das conquistas constitucionais, em termos da democracia direta, da democracia participativa.



Certamente, os protagonistas desta reunião são essas entidades aqui muito bem representadas por essas companheiras e por esses companheiros.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Deputada Luiza Erundina.

Ao ensejo, saúdo V.Exa. pelo excelente trabalho e pela competência de sempre.

Tem a palavra a Sra. Priscilla Caroline de Souza Brito, para a sua exposição, pelo prazo regimental de 15 minutos.

A SRA. PRISCILLA CAROLINE DE SOUZA BRITO - Bom dia a todos.

É um prazer muito grande estar aqui na presença de pessoas tão importantes, de organizações parceiras da AMB nesta empreitada, nesta luta pela reforma política.

Como já disse a Deputada Luiza Erundina em sua apresentação, a proposta de reforma política que trazemos tem como objetivo avançar, ir além, pensar numa reforma que não superficial, uma minerreforma, como tantas que emendamos ao longo dos anos nesta Casa. É uma proposta consistente, fundamentada na construção de anos e anos da sociedade civil organizada. São propostas que acreditamos melhoram o sistema político, a qualidade da nossa representação e corrigem alguns problemas do nosso sistema, que hoje exclui parcela significativa da população.

Não adiantaria representar a metade do número total de Deputados, no caso das mulheres, se isso não significasse uma real luta por igualdade, se não mantivéssemos essa representação e se não a tratássemos como uma necessidade real de incluir grupos importantes da população. Sempre dizemos, quando batemos na tecla da igualdade de gênero, da necessidade de trazer a questão de gênero para o debate da reforma política, que não é certo que mais da metade da população seja formada por mulheres e que a representatividade feminina nesta Casa não chegue nem a 10%. Isso apenas em relação às mulheres. No que se refere a outras minorias da população, que sabemos ser importantes — e sabemos também que boa parte da população é negra, é parda, é afrodescendente —, se olharmos bem a composição da Câmara dos Deputados, veremos que



pouquíssimos Deputados aqui presentes são desse grupo. E isso se repete em relação aos indígenas, enfim, a todos esses grupos da população que estão sub-representados nesta Casa.

A proposta da Plataforma e da Frente é a de fortalecer, dentro dos partidos, uma disputa que realmente promova o debate, que não restrinja a política, a questão do poder, à cúpula partidária. Então, boa parte das nossas propostas vai neste sentido: de fortalecer o debate amplo dentro dos partidos, de organização interna, com igualdade, ouvindo a voz das pessoas, para que no Parlamento as distorções que vemos hoje sejam menos presentes.

Só assim vamos conseguir avançar nos índices vergonhosos que se perpetuam ao longo das legislaturas. Por exemplo: o Brasil ainda ocupa o 104º lugar no *ranking* de gênero. A Argentina, com a adoção da lista fechada há muitos anos, com a alternância de gênero, vem conseguindo resultado muito expressivo em relação à participação das mulheres e à maior composição feminina no Parlamento.

A respeito do sistema eleitoral, a ideia é a eleição de Deputados Federais, Estaduais, Distritais e Vereadores pelo sistema proporcional, mediante voto em listas partidárias preordenadas, com alternância de gênero. Por que essa proposta? Do jeito que está não dá para ficar. Com esse sistema adotado hoje, de lista aberta, não conseguimos corrigir as distorções em relação à igualdade de gênero e não fortalecemos o debate dentro dos partidos políticos. Por isso defendemos a adoção de lista fechada, preordenada, com alternância de gênero. O ideal seria um homem e uma mulher, uma mulher e um homem, para fortalecer essa questão e dar voz às mulheres dentro dos partidos políticos.

Muita gente argumenta que é difícil fazer com que as mulheres participem da política. Muitos Deputados que formam os partidos alegam que as mulheres não querem participar, que elas não querem compor esse espaço, o que é uma leitura errada da realidade. Sabemos que historicamente as mulheres estão excluídas da esfera pública, que estão restritas ao doméstico, ao privado. E essa construção social do gênero e do que é ser mulher é que faz com que elas não se reconheçam como participantes desse espaço. Mas isso pode mudar a partir do momento em que ampliarmos o debate político e favorecermos a participação dessas mulheres nos partidos e nos diferentes espaços da política. A partir do momento em que elas



participam, em que se fazem presentes e que são representadas, há uma identificação maior entre as mulheres e esse espaço. Assim, aumenta-se a qualidade da participação delas e da própria Câmara representativa.

É muito difícil que um homem branco, de determinada classe social, represente boa parte da população. Sabemos que boa parte da população é excluída do processo, do sistema capitalista, que a maior parte da população é composta por mulheres e de cor, a cor negra.

A ideia é conseguir melhorar essa participação, tornar essa representação mais substantiva, trazendo o debate para dentro dos partidos, para a Câmara, enfim.

Vários países já adotam esse sistema e têm bons resultados. Citei o caso da Argentina, mas vários países da Europa há muitos anos adotam a lista fechada e têm conseguido bons resultados, têm conseguido fortalecer os partidos políticos e baratear as campanhas. Acho que essa é uma questão importante porque, infelizmente, hoje o nosso sistema faz com que tenha mais sucesso nos empreendimentos eleitorais, nas campanhas políticas, quem tem mais dinheiro. Em geral, quem tem mais financiadores da sua campanha, aparece mais, tem mais espaço e obtém sucesso. É uma situação complicada porque sabemos que há muitos e significativos interesses em jogo num sistema que depende exclusivamente dos financiadores. Quem dá o dinheiro quer retorno, quer saber que tipo de investimento está fazendo.

A proposta da Frente, para evitar que essas listas sejam ordenadas pela vontade exclusiva das cúpulas partidárias, um argumento também muito comum, é a de garantir que essas listas sejam aprovadas em convenções partidárias que contem pelo menos com 15% dos seus filiados e com a fiscalização efetiva da Justiça Eleitoral. Propõe ainda a filiação com prazo de 1 ano para quem deseja se candidatar. Assim, concebe-se maior legitimidade para a elaboração dessas listas. Se não, o custo de estar nos primeiros lugares da lista acaba se tornando muito alto para o partido, para a discussão interna do partido.

A ideia é a de criar, junto com a instituição da lista fechada, mecanismos capazes de fazer com que essa lista seja ordenada de acordo com a vontade real da maior parte dos componentes do partido.



Agora volto à questão de gênero, à importância de se garantir a alternância de gênero, uma questão de justiça, como eu já falei. Sabemos que as mulheres, atualmente, são as que mais sentem a questão das políticas públicas. Boa parte dos lares brasileiros hoje é chefiada por mulheres, e essas mulheres não têm sido representadas, os seus interesses não estão sendo levados em conta no processo de elaboração das leis, das políticas, no sistema político como um todo. E isso tem que ser corrigido de alguma maneira. Nós acreditamos que a reforma política é uma das formas de lidar com esse problema, sendo essa reforma política realmente ampla e profunda, como defendemos.

O atual sistema eleitoral de lista aberta, com possibilidade de coligação entre os partidos, não garante que o número de votos realmente signifique um sucesso eleitoral. Determinado candidato é eleito sem que tenha sido o mais votado no seu Estado. E isso é problemático. O eleitor precisa ter segurança quanto ao destino do seu voto. Na verdade, ele precisa saber que o candidato para quem fez campanha, em que votou, pode, sim, ser eleito, sem depender de uma série de emendas e de outras coisas, como se faz no atual sistema político. No atual sistema político é levada em conta uma série de outras coisas que a maior parte da população brasileira não sabe. A população brasileira simplesmente desconhece o funcionamento do nosso sistema eleitoral.

Aqui no documento diz que algumas objeções ao sistema de voto em lista preordenada são equivocadas, como a questão da concentração do poder nas cúpulas partidárias. Há também a alegação de que a proposta feriria a democracia, ao suprimir o direito do eleitor de escolher o seu candidato.

Vale registrar que boa parte das democracias do mundo que nós temos como referência adota esse tipo de sistema. Portanto, é equivocado dizer que isso feriria a nossa democracia, se nós temos outros exemplos de que isso funcione, com resultados significativos. Acho que vale a pena repensar o significado da nossa democracia e o modo como nós podemos avançar em relação a outros espaços. O que acontece hoje é que nós mantemos um sistema muito personalista, focado no candidato, quando isso não representa boa parte dos interesses da população. O candidato é uma pessoa, e milhões de pessoas compõem a nossa Nação.



Então, a proposta vai no sentido de fortalecer outros espaços como os partidos — nós temos também a sociedade civil organizada, que promove os seus debates — e fortalecer na sociedade o debate sobre a política de modo geral e a questão do poder. Só não dá para continuar nesse sistema coronelista e clientelista que nós vemos hoje em vários lugares, em vários Estados do País.

A AMB apoia a proposta da Frente Parlamentar de dar fim às coligações partidárias nas eleições proporcionais. Atualmente, nós sabemos que as coligações servem apenas para fins eleitorais, sem compromisso com a atuação parlamentar. Os partidos coligam-se pela necessidade de sucesso eleitoral e, na Câmara e no Senado, não continuam agindo em conjunto, em sintonia. A coligação fica muito à mercê de interesses momentâneos, que também vêm da dificuldade, como eu já disse — a Deputada Luiza Erundina também tocou neste ponto —, causada pelo fato de o processo político estar muito focado na questão eleitoral.

A questão de quem paga mais também entra aí. Não há um acompanhamento efetivo da sociedade. Há poucos espaços em que a sociedade civil pode interferir de fato no processo político. E não é por falta de tentativa. Nós sabemos disso porque estamos sempre por aqui conversando, dialogando. Mas ocorre que há um resultado efetivo nas decisões tomadas, que levam em conta uma série de outros interesses que não os da sociedade organizada e da sociedade civil.

As alianças que se formam entre partidos muitas vezes não têm afinidade. Não são feitas porque os partidos têm identificação entre si ou porque se conhecem bem ou estão no mesmo campo ideológico, o que muito contribui para o descrédito da maior parte da população brasileira quanto à forma como essas coligações são feitas e como as decisões são tomadas.

A ideia, para não prejudicar os partidos pequenos, no caso das coligações, é a da instituição de uma federação partidária, que seria a associação de dois ou mais partidos políticos por um período não inferior a 3 anos para funcionamento eleitoral e parlamentar. Nesse caso, o funcionamento é por agremiação, cada partido preserva o seu registro e sua identidade — lembro que, para ser do partido e fazer parte de uma lista, há um debate no partido, com a presença da maior parte dos filiados. A ideia é de que essa atuação por agremiação seja por afinidade, duradoura, mostrando para o eleitor de que lado os partidos estão e que propostas defendem. É



preciso haver um compromisso maior do representante com os seus representados. É preciso haver clareza em relação às decisões tomadas — o eleitor não pode saber das decisões por meio da mídia. O partido não deve pautar as matérias de acordo com os seus próprios interesses. E é o que está acontecendo.

Todas essas nossas propostas evitariam o surgimento dos partidos de aluguel, que temos visto muito. O indivíduo vai lá e se filia, participa de alguns espaços, se elege e logo depois muda de partido. Ou seja, não tem compromisso identitário nenhum com o partido pelo qual se elegeu. Portanto, as propostas pelo fim das coligações vêm muito nesse sentido.

Eu termino por aqui a minha exposição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Agradecemos à Sra. Priscilla Caroline de Souza Brito pela brilhante exposição.

Convidamos o Sr. Osiris Barboza, Diretor do Movimento contra a Corrupção Eleitoral, para tomar assento à mesa e fazer a sua exposição no prazo regimental de 15 minutos.

O SR. OSÍRIS BARBOZA - Bom dia a todos. Meu nome é Osiris Barboza, como já foi dito. Sou assessor do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e estou no Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, do qual sou diretor.

A nossa participação aqui diz respeito ao acúmulo que o MCCE, ao longo desses anos, vem traduzindo em políticas públicas, tais como a Lei nº 9.840, de 1999, e a Lei da Ficha Limpa. E, mais recentemente, em articulação com a outra rede da plataforma dos movimentos sociais para a reforma política, nós chegamos ao entendimento de que há necessidade urgente de uma reforma política no País.

E, pensando nisso, começamos a elaborar, a partir da metade do ano passado, um documento que traduzisse as expectativas da sociedade com relação à política. Temos vivido na política momentos de muita tristeza, com a consequente falta de participação da sociedade devido a uma série de escândalos que vêm ocorrendo na política. Nós sabemos que a política é extremamente importante para a construção de uma sociedade, principalmente a nossa, que ainda carece de vários instrumentos para fazermos com que esta grande Nação se torne uma potência.



Estamos no caminho. O MCCE tem a clareza, a certeza de que estamos ajudando, colaborando para que esse caminho que está sendo trilhado seja repleto de êxitos. E isso tem sido alcançado. O marco na história republicana recente é a Lei da Ficha Limpa. Nós temos certeza de que podemos fazer o mesmo com relação à reforma política, juntando todas as redes.

Por isso, nós não ficamos somente restritos às duas redes. Nós tivemos discussões e estamos em sintonia com a Frente Parlamentar, com a Deputada Luiza Erundina, e com as fundações partidárias e outras redes. Nós elaboramos um documento — o MCCE e a plataforma — no qual submetemos à sociedade as nossas contribuições. Estamos ainda em processo de sistematização. O documento tem quatro eixos. Queremos radicalizar a reforma política. Sabemos que é extremamente difícil envolver a sociedade nesse debate. Mas tivemos diversas contribuições do País inteiro.

Os quatro eixos do documento são: fortalecimento da democracia direta; democratização e fortalecimento dos partidos políticos; reforma do sistema eleitoral; e controle social do processo eleitoral. E coube ao MCCE defender o financiamento público de campanha.

Vou ler o documento, que já foi distribuído pela Frente Parlamentar. Todos receberam o documento? *(Pausa.)* Então vou dispensar a sua leitura, mas farei alguns comentários a partir dele.

Nós entendemos que não há modelo ideal. Isso, inclusive, está dito de forma clara em trecho de um livro escrito por Juan Rial. Ele diz que não existe um sistema de financiamento único, ideal, funcional a todos os países e situações. Cada um buscará o seu modelo ideal. E nós sabemos que o nosso modelo atual não nos atende, por um motivo muito peculiar e particular: a corrupção.

A corrupção tem grassado, infelizmente, na política brasileira. Quase todos os dias vemos nos noticiários denúncias de corrupção. E isso tem reflexo direto na participação da sociedade. Nós conseguimos a aprovação da Lei da Ficha Limpa no ano passado devido a essa mobilização, à indignação da sociedade brasileira com as práticas ocorridas na política. É preciso haver um resgate da política, que, sabemos, é necessária para a construção da democracia. Estamos vivendo o momento mais longo da nossa democracia e, contraditoriamente, não estamos



conseguindo trazer reflexos disso para a sociedade. A sociedade cada vez mais está distante da política.

Nós do MCCE, da plataforma e de outras redes que se juntam a esse grupo, temos discutido a fim de encontrar um caminho para esse resgate, em parceria com a Frente Parlamentar e as fundações partidárias, para fazermos uma reforma política em conformidade com os anseios da sociedade.

Para tanto, defendemos o financiamento de campanha público exclusivo, por entendermos que é a garantia de que a política, minimamente... Torno a dizer: não há modelo ideal, perfeito; todos os modelos adotados no mundo têm os seus defeitos, os corruptos se aperfeiçoam e acabam encontrando meios de manter o estado de corrupção. O que estamos procurando é um caminho para minimizar o estrago que a corrupção causa à política. E o financiamento público de campanha é um deles.

Nós temos certeza de que, a partir das nossas discussões, das experiências acumuladas, inclusive no exterior, o financiamento público de campanha tende a minimizar esse estrago. E temos, inclusive no livro a que me referi, um exemplo muito claro na América do Sul de como isso pode ser feito com grande sucesso. O Equador tem financiamento público de campanha. Eu vou ler um trecho, só para exemplificar: *“Assim, no Equador foi votada uma lei de gasto eleitoral que chegou a limitar a pouco mais de 50 mil dólares o gasto de uma campanha para a Prefeitura de Quito. E, proporcionalmente, em algumas prefeituras, a máxima quantia a ser gasta era de 7 dólares.”*

Nós temos exemplos de países desenvolvidos — e me vem à memória a Espanha — e de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, como é o caso do próprio Equador. O que resta ao povo brasileiro, aos cidadãos brasileiros, — conclamo todos os políticos brasileiros a fazerem essa experiência — é testar com as nossas próprias experiências. É óbvio que as experiências dos outros são importantes também. E é por isso que nós temos que fazer... Tenho lido eventualmente nos jornais que comitivas de políticos brasileiros estão fazendo intercâmbios lá fora. Esses intercâmbios são importantes para nos trazerem subsídios. Vamos, de uma alguma maneira, aplicá-los à sociedade brasileira, adequá-los a nossa sociedade, experimentá-los.



Nós entendemos que o financiamento público de campanha será extremamente positivo para a sociedade brasileira. Nós temos perdido quadros políticos extremamente importantes e preparados para o poder econômico. O poder econômico causa um desastre muito grande no País, porque nós temos visto dentro dos Parlamentos brasileiros, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, na própria Câmara dos Deputados e no Senado Federal, alguns políticos que não têm a menor condição de estar ali. Isso é uma realidade. Não se prepararam, não tiveram uma caminhada; não estão ali representando interesses republicanos, mas interesses particulares, privados. Aqueles quadros muitas vezes se perdem, ficam desanimados, desistem de participar da política, porque não têm as mesmas condições de disputa do candidato que está sendo financiado pelo poder econômico.

Essa é a realidade brasileira. Todos nós, por meio desse documento, desses acúmulos, desses consensos com a Frente, com as fundações partidárias, com os movimentos sociais, temos tido grande receptividade, em particular em relação ao financiamento público e exclusivo de campanha. Nós acreditamos que vai melhorar muito a política brasileira se o financiamento público de campanha for aprovado no Congresso. Nós daremos outro grande passo para a melhoria da qualidade da nossa democracia e do nosso Parlamento como um todo.

Esse é o recado do MCCE, um conjunto de 50 entidades espalhadas por todo o Brasil, pessoas que estão interessadas em acompanhar, em colaborar para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos brasileiros. Acreditamos que estamos colaborando, sim. A Lei da Ficha Limpa já é um grande exemplo, foi um grande passo.

Certamente, quando aprovamos a Lei da Ficha Limpa, que fez 1 ano no dia 5 de junho, já estávamos anunciando que o próximo passo seria a reforma política. Estamos aqui para defender o financiamento público de campanha. Todo esse documento que está aqui da Frente Parlamentar... É óbvio que gostaríamos de mais, queríamos mais, desejamos mais. Certamente, será o que for possível. Mas precisamos de urgência, porque é necessário que a sociedade... Após o voto do 11º Ministro, o Ministro Fux, na apreciação da Lei da Ficha Limpa, houve uma grande reação, um grande desânimo da sociedade. V.Exa. nem queira saber, Deputada, o estrago que isso causou no nosso movimento.



Convencer as pessoas de que a Lei da Ficha Limpa foi um sucesso não está sendo muito fácil, por conta de 1 voto. As pessoas falam: “*Tá vendo aí? É isso aí, eles não querem...*” Acredito que, se dermos outro grande passo em relação à reforma política, poderemos ter uma agenda positiva para a política brasileira, para a Câmara dos Deputados, para o Senado Federal. É isso que a sociedade espera. É isto que todos nós, como cidadãos brasileiros, queremos: uma política feita com interesses republicanos.

A grande oportunidade é agora. Esperamos que isso aconteça até outubro para que valha para as eleições do próximo ano, porque a Lei da Ficha Limpa já está valendo. Uma reforma política feita até outubro valerá para o próximo ano. Será um grande passo para a volta, para o resgate das pessoas que fazem da política um lugar de interesses republicanos; haverá um grande resgate da política brasileira, do interesse dos cidadãos brasileiros pela política. No momento, o que vemos são os fatos afastando cada vez mais as pessoas da política.

É este o nosso recado: defendemos o financiamento público e exclusivo de campanha. Obviamente, nós defendemos outros pontos. O voto em lista será importante instrumento para que realmente possa valer o financiamento público, para que o dinheiro se destine realmente aos candidatos. E os instrumentos de controle. Não adianta haver financiamento público de campanha se não forem aprimorados os instrumentos de controle.

Será muito importante essas propostas que estão no documento da Frente Parlamentar serem votadas e aprovadas na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Sr. Osiris Barboza, pela sua brilhante exposição.

Registro a presença, há alguns minutos, do Relator, Deputado Henrique Fontana, que usará a palavra ao final das exposições.

Convido para compor a Mesa e fazer sua exposição o Sr. José Antônio Moroni, membro do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos — INESC e representante da plataforma dos movimentos sociais para a reforma do sistema político, pelo prazo regimental de 15 minutos.



O SR. JOSÉ ANTÔNIO MORONI - Obrigado. Bom dia. Pelo tema da fidelidade partidária acho que não vou precisar dos 15 minutos. Não que não seja um tema importante.

Inicialmente, é importante afirmar e reafirmar o conceito com que a Frente Parlamentar trabalhou e trabalha em relação à questão da reforma política. Não é um conceito que diz respeito unicamente à reforma do processo eleitoral e do financiamento desse processo.

Quando se formou a Comissão da Reforma Política na Câmara dos Deputados, foi importante porque essa Comissão se propôs, desde o início, a trabalhar para além do tema do processo eleitoral e seu financiamento, propôs-se também a trabalhar a questão do próprio exercício do poder, os instrumentos para o exercício do poder. Por exemplo, a democracia direta, o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular.

Acho importante observarmos que desde o início a Frente Parlamentar trabalha com um conceito mais amplo de reforma do sistema político. Por isso, faz todo sentido as organizações da sociedade civil participarem ativamente da coordenação da Frente, porque a Frente trabalha o conceito do exercício do poder — quem está exercendo o poder, em nome de quem o está exercendo e quais são os mecanismos para se controlar o poder.

É fundamental trabalharmos o conceito de reforma política. Mesmo que a ideia fosse debater apenas o sistema eleitoral e seu financiamento, esse debate faria muito sentido, e a sociedade tem direito e interesse em participar dele. Não podemos entender o debate da questão eleitoral como unicamente dos partidos políticos ou dos nossos representantes. Todo poder emana do povo, que o exerce de forma direta ou através da sua representação. Então, é legítimo que a sociedade discuta o sistema eleitoral e como se financia esse sistema, porque, em última análise, o poder emana do povo e o sistema eleitoral deve ser fruto da vontade do povo.

Nesse conjunto, lógico que nós, num primeiro momento, Deputada Erundina, queríamos colocar o mundo e Marte nessa proposta, é uma tendência natural. Mas delimitamos e chegamos a esse conjunto de propostas que podemos chamar, utilizando uma expressão para alguns de nós familiar, para outros nem tanto, de um



programa mínimo, o que seria um programa mínimo da reforma política, entendendo que selecionamos algumas questões por entendermos serem capazes de desencadear outras mudanças, não só no âmbito da representação, mas da própria cultura política brasileira. Então, também tem a ver com a própria sociedade.

Não trabalhamos com aquela noção que às vezes tentam nos passar de que o mal está lá e o bem está aqui, quer dizer, o mal e os vícios estão nas instituições e o bem está na sociedade. Acho que precisamos nos colocar nesse movimento de mudança da cultura política. E nele temos que repensar também as nossas instituições políticas, sejam as instituições legais, sejam as próprias organizações, instituições da própria sociedade.

Então, tivemos que selecionar os pontos que entendemos essenciais para esse momento histórico do debate político e, ao mesmo tempo, capazes de desencadear outras mudanças na cultura política.

Uma questão essencial na Frente, que faz parte da estratégia, refere-se ao fortalecimento e à democratização dos partidos políticos. Não há democracia sem partidos, e partidos democráticos. Não que a democracia se esgote na questão dos partidos. Não é isso. Mas no nosso modelo democrático são essenciais os partidos, que combinam com outras formas de participação. Mas os partidos são essenciais na vida democrática.

E o que é um partido? O partido tem que estar sustentado na sociedade para se dizer representante daquele segmento da sociedade. Essa é a primeira questão. É isso um partido. Ele tem que representar um certo segmento da sociedade. Senão os partidos acabam se tornando estruturas que só funcionam em momentos de disputa eleitoral. E não pode ser assim. Os partidos têm que ter enraizamento na sociedade, no debate público. Portanto, eles vão além da questão do processo eleitoral.

Então, há a necessidade da democratização, da transparência e do fortalecimento desse instrumento partidário.

Com essa noção de que os partidos têm que ser enraizados na própria sociedade e a representação, no Brasil — em outros países pode não ser exercida via partido —, se faz via partido, nós temos que pensar na fidelidade partidária, porque o candidato é eleito por um partido que representa uma determinada parcela



da sociedade. E o representante desse partido nesses espaços institucionais precisa realmente ter fidelidade ao partido.

Aqui nós precisamos entender, quando falamos em fidelidade partidária, do que estamos falando. Não se trata de fidelidade à hierarquia dos partidos, porque seria matar ou reforçar muito a cultura que há em muitos partidos de que quem manda é sua direção, seu Presidente, na maioria das vezes, e não há nenhum outro mecanismo de disputa interna.

Então, quando estamos falando de fidelidade partidária, não estamos falando de fidelidade à hierarquia partidária nem aos acordos políticos que se fazem. Estamos falando de fidelidade a um programa que todos os partidos devem ter. Com esse programa é que os partidos devem disputar as eleições. Por isso, a fidelidade partidária também tem o reforço da própria lista preordenada.

Nós, hoje, como temos o processo da lista aberta e a possibilidade ampla de coligações, além de haver toda a distorção da vontade do eleitor, também há uma diminuição, diluição dos programas partidários.

Então, a possibilidade de votar em um candidato que defende uma coisa e acabar elegendo outro que defende algo totalmente diferente é muito grande.

Portanto, a fidelidade, em nossa concepção, também tem a ver com a lista, nessa estratégia de fortalecimento dos partidos políticos e da necessidade de os partidos terem um programa para apresentar à sociedade.

Então, a fidelidade do Parlamentar — estamos falando de fidelidade de quem detém mandato — é a fidelidade à vontade do eleitor, que elegeu um determinado programa. Se esse Parlamentar mudar de partido, na verdade, estará distorcendo a vontade do eleitor, que votou num determinado programa. É disso que nós estamos falando.

Isso envolve a necessidade de os partidos terem programas definidos, explicitados; que os processos eleitorais realmente sejam disputas de programas, e não disputas acerca de quem tem condições de contratar o melhor marqueteiro. Nesse sentido, precisamos criar vários mecanismos para não colocarmos nossos representantes nas mãos das direções partidárias. É preciso pensar, no momento da regulamentação, em como impedir que isso ocorra. Para isso, as convenções devem realmente ser convenções, espaços democráticos de disputa, etc.



Mas também há que se prever alguns casos de possibilidade de mudança de partido. Na atual legislação há alguns casos, mas ainda há a possibilidade do “jeitinho”. Cria-se um partido e todo mundo se filia a esse novo partido. O programa ainda vai ser definido, mas todo mundo vai para lá e se garante. É preciso ver isso.

Mas o que poderia justificar a mudança do Parlamentar de um partido para outro? Comprovada mudança de orientação ideológica do partido. Quando há comprovada mudança de orientação ideológica do partido e o Parlamentar não se sente confortável nesse campo ideológico, ele vai procurar um outro campo ideológico. Há que se determinar bem o que é isso.

Há também, além da nossa proposta, a da criação da federação partidária. É possível a troca de partido quando a criação da federação for incompatível com os princípios partidários — numa federação, alguns partidos defendem A e outros defendem Z. Quando for assim, há possibilidade de troca de partido. E também no caso de comprovada perseguição pela direção partidária.

Na nossa proposta, a proposta da Frente, estamos delimitando muito bem quais são os casos em que é possível a mudança de partido.

Claro — volto a dizer —, não dá para entender esse processo unicamente como uma questão burocrática, deve ser fruto do debate partidário, de programa. Quando falamos em mudança ideológica, há uma questão que precisa ser melhor debatida na proposta e que não está em debate: é o fim das coligações para cargos majoritários. Não se vislumbra, em médio prazo, o término das coligações para cargos majoritários, inclusive entre partidos de orientações ideológicas diferentes.

Essa fidelidade do Parlamentar é a quem? O partido está coligado no Executivo com um partido que tenha outra orientação ideológica. O Parlamentar, no momento em que está sendo votado determinado projeto, vai manter fidelidade ao Governo, do qual ele é base, ou ao programa do partido em que ele acredita e pelo qual se elegeu? Como fica essa situação? Há, aí, uma questão: num processo eleitoral que permite coligação, o programa partidário sempre tem que estar, em tese, coerente com o programa que se apresenta nas eleições. Mas quando há uma coligação, na eleição majoritária, há uma negociação desse programa. Então, a fidelidade é a quê? Esse é um debate que precisamos fazer.



Eu achei que não ia usar o tempo de 15 minutos, mas já fui avisado de que terei que concluir minha fala. É sinal de que o tema da reforma do sistema político é muito bom de ser debatido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Sr. José Antônio Moroni, pela sua brilhante exposição.

Já ouvimos a Sra. Priscilla Caroline de Souza Brito, o Sr. Osíris Barboza e o Sr. José Antônio Moroni. Vamos ouvir o Sr. Luiz Carlos Mancha Prates e o Sr. Marcello Lavenère Machado, representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB.

Ouviremos agora a exposição do Sr. Luiz Carlos Prates, o Mancha, membro da Secretaria-Executiva Nacional da Central Sindical e Popular/CONLUTAS — Coordenação Nacional de Lutas, pelo prazo regimental de 15 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA) - Bom dia. Meus cumprimentos à Deputada Luiza Erundina, Coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular; ao Deputado Edinho Araújo; e ao Deputado Henrique Fontana, Relator da Comissão Especial da Reforma Política.

Este é um debate muito importante. No dia de ontem, o Ministro dos Transportes foi demitido por suspeita de corrupção. Esse não foi o primeiro caso ocorrido no ano. Neste ano de 2011 já ocorreram vários casos, não apenas em âmbito federal, mas em âmbito estadual e municipal.

Também assistimos, por outro lado, a uma avalanche de aumentos salariais para Deputados, Vereadores e Prefeitos de todo o País, o que dá uma certa razão à população, que tem certa ojeriza à política, aos políticos. Não podemos deixar de levar isso em consideração, principalmente em um ano em que o reajuste do salário mínimo foi de 6,45%, enquanto o dos políticos, o dos Parlamentares foi de polpudos 60%, 100%. Portanto, o debate sobre a reforma do nosso sistema político é fundamental.

A Central Sindical e Popular — CONLUTAS, que aqui representa as centrais que compõem a Frente Parlamentar, a CTB e a CUT, espera, em primeiro lugar, que haja uma verdadeira participação popular neste debate, neste processo, porque hoje o que se assiste é exatamente ao oposto. Conforme já foi dito aqui, o poder



econômico, o poder das empresas, o poder dos bancos, o poder do latifúndio, infelizmente, é o que determina hoje a política. Por exemplo, enquanto às empresas permite-se doar milhões e milhões de reais em campanhas eleitorais, aos trabalhadores, aos sindicatos não se permite fazer uma doação sequer em campanhas eleitorais.

Há direitos mínimos, como, por exemplo, o dos funcionários públicos de requererem licença durante o período eleitoral. Nós vimos, durante este debate da reforma eleitoral, esse direito ser atacado como um privilégio, quando, na verdade, todo trabalhador, ao se candidatar para defender as propostas do seu partido, assim como o funcionário público, deveria ter os seus dias abonados e pagos, porque o trabalhador não pode prescindir do seu salário. E hoje o trabalhador que não trabalhar durante o processo eleitoral não receberá salário. Portanto, ele não pode ser candidato.

Ao mesmo tempo, nós assistimos, durante este processo, a algumas propostas que visam a limitar os já pequenos espaços democráticos que nós temos no País. Fala-se em reduzir ou eliminar da propaganda eleitoral gratuita os pequenos partidos, mesmo do chamado fundo partidário, sobre o qual vou discorrer mais à frente.

Nós convivemos com o coeficiente eleitoral, uma injustiça que permite, por exemplo, que candidato a Deputado, no caso do Rio Grande do Sul, com 180 mil votos, não se eleja, enquanto candidatos de outras legendas, com número bem inferior, conseguem se eleger.

Portanto, é necessária a participação popular neste debate para, no nosso ponto de vista, impedir, em primeiro lugar, que haja retrocesso. E retrocesso nós chamamos o “distritão”, que dá cada vez mais poder à elite e ao poder econômico durante o processo eleitoral; retrocesso são medidas de restrição aos poucos direitos democráticos que conquistamos no País.

Os temas que queremos abordar aqui são: financiamento eleitoral e financiamento dos partidos. Os dois temas não podem estar separados.

A primeira questão é que a legislação eleitoral, como eu disse anteriormente, é profundamente injusta, porque ninguém, em sã consciência, pode imaginar que os maiores doadores das campanhas eleitorais — Bradesco, Camargo Corrêa,



Gutierrez, só para citar alguns — tenham realmente interesse na política do País. Seus donos podem ter interesse, mas às empresas só interessa o lucro. Qualquer empresa, mesmo quando pratica uma ação social, quer melhorar a sua imagem e obter maiores lucros. Fundamentalmente, é isso.

Por que uma empresa buscaria melhorar sua imagem frente aos políticos, frente ao Governo, se não fosse para obter por essa via dividendos? Dividendos que podemos ver claramente nos diversos casos de corrupção que tivemos ao longo dos últimos anos.

Portanto, o financiamento privado por parte das empresas, das sociedades anônimas é exatamente o que garante, em primeiro lugar, a desigualdade total no processo eleitoral, por um lado. Por outro lado, é a porta aberta para a corrupção, porque, como diz um velho ditado, quem paga manda. E se as empresas pagam quantias monstruosas no processo eleitoral, obviamente, elas mandam. Essa é a primeira questão sobre o financiamento público.

Então, o financiamento público não é apenas uma necessidade; ele se contrapõe àquilo que está estabelecido hoje, que, objetivamente, é o financiamento privado das eleições. Por isso, a defesa do financiamento público é fundamental para garantir o direito democrático no processo eleitoral e o direito que tem a população de livremente escolher os seus representantes, sem estar sob o jugo do poder econômico. Por exemplo, estima-se que em São Paulo a eleição de um Deputado Federal custe cerca de 3 milhões. Obviamente, nenhuma pessoa que sobreviva do seu salário tem condição de sustentar uma campanha desse montante — superior, aliás, aos salários percebidos durante todo o mandato.

Portanto, o financiamento público é uma questão fundamental. Mas também não basta o financiamento público, porque nós podemos trocar o financiamento privado pelo público e manter as desigualdades de recursos que existem no processo eleitoral. Por isso, nós compartilhamos o mesmo entendimento contido na proposta da Frente: que haja uma divisão mais igualitária e justa dos recursos públicos durante o processo eleitoral e, inclusive, que haja determinados limites.

Portanto, a proposta apresentada pela Frente Parlamentar é que 50%, ou seja, metade desses recursos públicos seja dividido igualmente entre todos os partidos que tenham registro definitivo no TSE e que a outra metade seja dividida



proporcionalmente ao número de votos na Câmara Federal. O que nós entendemos é que, apesar de ainda manter certa desigualdade, este seria um bom e grande passo para diminuí-las.

A proposta que a Frente Parlamentar defende diz respeito ao financiamento partidário, porque pode nos parecer contraditório defendermos o financiamento público das campanhas eleitorais e, ao mesmo tempo, a Frente propor que seja extinto o Fundo Partidário. Por quê? Em primeiro lugar, porque ele é bastante antidemocrático e discriminatório. Por exemplo, o Fundo Partidário distribuirá, no ano de 2011, cerca de 301 milhões de reais. Até o mês de junho, foram distribuídos entre os partidos políticos cerca de 132, 150, 160 milhões de modo que o partido que obteve a menor cota recebeu 200 mil e o que teve a maior cota recebeu cerca de 25 milhões. É uma diferença absolutamente estrondosa — de 200 mil para 25 milhões. Isso porque, segundo a legislação atual, de março de 2007, o Fundo Partidário é dividido da seguinte maneira: 95% dos recursos são distribuídos de modo proporcional ao número de votos obtidos nas eleições e 5% igualmente, entre todos os partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral. Então, é isso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, e o mais importante, é que os partidos não são órgãos do Estado. Portanto, eles não têm que prestar contas ao Estado das suas contas cotidianas. Quando se estabelece o Fundo Partidário, também se estabelece a obrigatoriedade de os partidos prestarem conta não das suas atividades eleitorais, mas dos seus atos cotidianos, o que compromete profundamente a independência política dos partidos em relação ao Estado.

Nós entendemos que os partidos políticos, entes privados de direito público, devam ser financiados pelos seus próprios filiados, pelas pessoas que concordam com o seu programa, por aqueles que militam cotidianamente na sua construção e concordam com o programa e, por isso, dedicam uma parte dos seus recursos para sustentar esse partido. Um partido será mais forte e terá mais recursos quanto mais inserção ele tiver entre o povo trabalhador e quanto mais inserção ele tiver na sociedade. Obviamente, mantendo a nossa opinião, os partidos não poderiam ser sustentados pelas empresas. As empresas não têm nenhuma necessidade de ter uma interferência interna nos partidos.



Portanto, nós entendemos que o Fundo Partidário, como está funcionando hoje, além de ser totalmente antidemocrático, faz com que os partidos tenham uma dependência muito grande e muito forte do Estado. Esses recursos que os partidos recebem consagram uma desigualdade de recursos — é evidente — e, ao mesmo tempo, mantém uma dependência deles em relação o Estado.

Reafirmando, o financiamento dos partidos no cotidiano, quando não há um processo eleitoral, quando eles têm que fazer os seus programas de formação, manter as suas atividades cotidianas, seja no Parlamento, seja na cidade, seja em qualquer local, deve ser feito pelos seus filiados, pelos seus militantes, pelas pessoas que concordam com o seu programa, porque essa é a essência de um partido. A essência de um partido é “parte”, portanto, um pedaço, um grupo que se une livre e voluntariamente para defender determinado programa para o País, para defender determinado programa para o mundo, para a sua cidade ou para qualquer local. E, também voluntariamente, essas pessoas têm que arcar com sua construção e com o seu custeio, como é o caso de várias entidades da sociedade civil, como são vários sindicatos, que têm os seus filiados, como são os clubes, que têm os seus associados, como são as diversas entidades, porque precisam ter independência em relação ao Estado.

Pode parecer contraditório em relação ao momento eleitoral? Nós achamos que não, exatamente porque nas eleições o problema não são os partidos. Nas eleições há o problema de se garantir a igualdade de condições para que o eleitor, para que o povo possa decidir. Portanto, o Estado tem que garantir condições iguais, condições o mais igualitárias possível, para que os programas, as plataformas, as propostas dos diversos candidatos consigam chegar até os trabalhadores, consigam chegar até a população e eles possam exercer o seu direito de voto. Não podem, por exemplo, num processo eleitoral no qual existam dez candidatos, apenas dois ou três deles — seja pela influência da mídia, seja porque os demais não têm recursos para chegar até o eleitor — ser vistos como os únicos candidatos que estão nesse processo eleitoral.

Portanto, no processo eleitoral, nas campanhas eleitorais, diferentemente do cotidiano, o que está em jogo é o direito do eleitor, é o direito do trabalhador, é o



direito da população de conhecer as propostas dos diversos candidatos e, a partir desse conhecimento, fazer a sua opção de voto.

Portanto, nós não vemos nenhuma contradição entre o financiamento público de campanha e o financiamento exclusivo por parte dos filiados do cotidiano, do dia a dia dos partidos. Ao contrário, são situações que se completam, que se complementam. Na verdade, a proposta apresentada aqui pela Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular tem um conjunto de ideias, um conteúdo que começa com a reforma no processo eleitoral, com a lista fechada, permitindo o fortalecimento dos partidos; com o fim do coeficiente eleitoral, para permitir uma maior igualdade entre os diversos candidatos; com o financiamento público de campanha e com o fim do fundo partidário, pelas injustiças que ele comete.

Eu queria terminar a minha intervenção agradecendo o espaço que nos foi dado para fazer essa explanação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado.

Parabéns, Luiz Carlos Prates, o Mancha, que é membro da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular, CONLUTAS.

Convido agora a tomar assento à Mesa e fazer a sua exposição o Sr. Marcello Lavenère Machado, representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB.

Tem a palavra S.Sa., pelo prazo regimental de 15 minutos.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO - Obrigado, eminente Deputado Vice-Presidente desta Comissão.

Cumprimento as companheiras e companheiros desta campanha pela reforma política.

A parte que me cabe é a discussão sobre os instrumentos da democracia direta. Diante de uma certa falência da democracia representativa, estamos pensando em salvar a nossa democracia injetando nela algumas vitaminas a partir de uma participação maior da população, o que caracteriza uma democracia participativa.

Começo por fazer uma referência àquilo que, neste ano, mais ocupou a mídia brasileira e internacional: os movimentos de libertação dos povos do norte da África,



com contaminação no sul da Europa: Espanha, Portugal, França. Nesses movimentos surgidos do nada, nós podemos ler que há uma determinada falência, uma determinada incompetência das lideranças institucionais e dos políticos, dos Parlamentos, das instituições, fazendo com que a população, especialmente o seu segmento mais jovem, vá para as ruas, para as praças, e consiga desestabilizar antigas estruturas carcomidas, como foi o caso dos países do norte da África, entre os quais, o Egito — tem também havido dificuldades na Síria, na Líbia e, antes do Egito, também no Iêmen. A Espanha tem a praça principal de Madrid ocupada pela juventude, que chega ali não convocada por partidos políticos ou por ideologias, mas movida por uma insatisfação, Deputado Edinho com o desempenho daquilo que é uma democracia envelhecida e contaminada por uma oligarquia. Isso foi denunciado recentemente num livro importante do Hervé Kempf, dizendo: *“Basta de oligarquia. Queremos uma democracia viva”*.

E por que trago, neste momento, para discutir a reforma política no Brasil, essa situação mundial? Porque hoje não há mais fronteiras estanques. As redes sociais, os mecanismos de comunicação social fazem com que a juventude no Brasil, o povo brasileiro, esteja em tempo real conectado com essas insatisfações. Portanto, não podemos considerar que o Brasil, por mais que estejamos vivendo um momento positivo da nossa história, esteja alheio a esse processo e livre de preocupações semelhantes.

Essa preocupação e esse fato que acontece no mundo são importantes para a nossa reflexão de hoje sobre reforma política e especialmente para o tema da democracia direta e da democracia participativa, porque, Deputado Relator Henrique Fontana, nós estamos no final de um campeonato e perdemos de dez a zero. O tema “reforma política” foi derrotado em embates anteriores. No início deste ano, imaginávamos que pudessemos reverter esse quadro. Seria necessário um esforço muito grande para virarmos esse placar. Precisávamos da vontade política do Governo, da vontade política da Oposição, da vontade política dos Deputados, dos Senadores e também da sociedade civil.

O tema da reforma política é muito difícil para nós, que trabalhamos com segmentos sociais, mobilizarmos as pessoas. Mobilizamos pelas Diretas Já, mobilizamos pela Constituinte, mobilizamos pelo *impeachment*. Mas também



reconhecemos a dificuldade de mobilizar a nossa população, as nossas forças populares por temas difíceis como o financiamento público de campanha e a lista preordenada. Precisávamos ter também um grande apoio dos seguimentos políticos institucionais.

No começo do ano, nomeou-se uma Comissão no Senado. Estamos lutando aqui, na Câmara dos Deputados, com uma Comissão e com a Frente Parlamentar para tentar aumentar essa mobilização, mas confessamos a dificuldade que temos de acreditar nessa mudança radical do placar adverso com que nós convivemos. Podemos até dizer que há uma certa descrença de que os Parlamentares, os Deputados, os Senadores, eleitos por esse sistema insuficiente, deficiente, e, de alguma forma, corrupto, tenham a iniciativa de modificar o *status quo* em que vive o nosso Congresso Nacional.

Agora, nós colocamos para V.Exas., com toda a vênia e com todo o respeito: a quem interessa a recuperação da credibilidade do sistema político brasileiro? Claro, interessa a todo o povo brasileiro, mas interessa basicamente àqueles que são os agentes, os protagonistas dessa vida política. Não interessa aos Deputados, não interessa aos Senadores que o povo brasileiro, o eleitor, diga que tanto faz votar em Deputado tal ou qual, porque é trocar seis por meia dúzia.

Não se acredita nos partidos políticos que vivem lutando para conseguir cabides de emprego — e a imprensa, nos últimos dias, está mostrando muito bem isso. O cidadão não pode ficar dirigindo um determinado setor da Administração, e, depois de deixar aquilo ali sob acusações terríveis, assumir o seu lugar no Parlamento e assumir a presidência de um partido político.

O Prefeito de São Paulo resolveu criar um partido para atender aos interesses específicos de um segmento muito pequeno e terminou causando uma *tsunami* no quadro partidário brasileiro.

Por tudo isso, faço uma reflexão sobre o que aconteceu no Egito, o que acontece na Espanha, o que aconteceu em São Paulo, agora, recentemente, quando se quis criar uma estação de metrô no Jardins e, de repente, convocada pelas redes sociais, sem partido político, sem ideologia, a população chegou e se instalou na rua e, com isso, foi possível mudar uma decisão a partir de um movimento espontâneo da população e da sociedade.



É verdade que esses movimentos espontâneos no Brasil têm sido bem sucedidos. O movimento do *impeachment*, por exemplo, foi bem sucedido: embora fosse um movimento que não tinha liderança, não tinha conotação ideológica nem partidária, de repente, desaguou em uma boa solução para o País. Mas não podemos apostar sempre nisso.

Essa é a reflexão que fazemos. Eu sei que o tempo é curto, mas temos que dizer essas coisas, porque mais nos preocupa a incapacidade nossa, da sociedade civil e dos políticos, de levar a termo esse tema. Nós queremos fazer; V.Exas. não sei se querem. Os Senadores, ontem, voltaram atrás: tinham votado em uma Comissão a lista preordenada e hoje, ou ontem, a Comissão de Justiça disse: “*Não, não vamos fazer esse negócio de lista preordenada. Vamos deixar como está.*” Então, os Senadores já estão mostrando bem que não há muita convicção, não. Até — e nós temos que dizer isso — suspeitamos, desconfiamos, nós da sociedade civil, que haja uma *mise-en-scène*, que haja uma tentativa de mais uma vez engabelar o povo, quando não há, na verdade, essa vontade política.

Isso tem marcado esse movimento mundial, Deputado Edinho, Deputada Luiza Erundina — se dependesse da sua vontade política, nós já teríamos uma reforma política, mas infelizmente somos poucos. V.Exa. é representante de um pequeníssimo grupo de Deputados que quer realmente levar a sério esse assunto.

Os jovens espanhois que foram para as praças se denominaram indignados. E no mundo inteiro está sendo tomado por essa indignação, com base nesse pequeno livro escrito por um velho militante da Resistência Francesa, o *Indignai-vos*, de Stéphane Hessel. Nesse livro de vinte e poucas páginas, mas que está sendo o mote de todos esses movimentos, o que o autor diz é que não é possível que nós fiquemos anestesiados diante de tanta coisa errada que está acontecendo. Ter conquistado determinados patamares democráticos não basta. Não basta! Nós temos que buscar outras coisas, e não podemos perder a nossa capacidade de indignação, de modo que a palavra de ordem é indignação. Indignai-vos, cidadãos brasileiros! Não nos acomodemos diante dessas coisas que parecem... “*Isso vai ficar assim mesmo.*” “*Reforma política? Vai ficar assim mesmo.*” Todos os escândalos políticos e financeiros de corrupção no Brasil advêm de recursos de sobra de campanha, de captação de recursos com empresas. Isso é diário, repetido. E nós



não nos indignamos com isso? “Ah, nós nos indignamos sim.” Conversa! Não nos indignamos, não! Convivemos com isso e aceitamos como se isso fosse natural!

É esse o apelo que faço, Deputado Edinho e Deputado Henrique Fontana, para que a gente traga para a Câmara dos Deputados, que está pouco representada, no que diz respeito à quantidade, apesar de muito representada em qualidade. É pouquíssimo representada em quantidade, o que, para a sociedade civil, evidencia o nível de interesse e o nível de importância que os nossos representantes dão a esse tema.

Feitas essa peroração e essa provocação, o que nós temos a propor? Se algum dia tivermos vontade de fazer uma reforma política; se algum dia as nossas estruturas oficiais quiserem realmente mudar o quadro do sistema político, partidário, eleitoral etc.; se algum dia isso acontecer, e se for feita através dos sistemas oficiais, e não através daquilo que os Deputados reclamam, que é a judicialização da política... Não se faz a lei, o Judiciário a faz. Não se faz a lei, a medida provisória vem do Executivo. Enquanto o espaço vazio que repugna a sociedade for ocupado pelo Poder Executivo ou pelo Poder Judiciário, ótimo; mas vai chegar o dia em que esse espaço vazio vai ser ocupado pelo povo. E, se for ocupado pelo povo ordenadamente, ótimo; mas pode não ser ocupado pelo povo ordenadamente.

Quando quiserem fazer a reforma política, vamos querer que a nossa democracia seja menos representativa e mais participativa. A Constituição permite isso, por meio do art. 14, da iniciativa popular das leis, do referendo popular e do plebiscito popular. Estamos propondo também um quarto instrumento, pouco conhecido no Brasil, mas já instaurado em outros países: a revogação popular dos mandatos, que em inglês se chama de *recall*.

A nossa ideia é a de que nesse projeto de reforma política — quando, um dia, Deus sabe quando, venha ela a ser querida de fato — se inserissem dispositivos que melhorassem e completassem as disposições da Constituição Federal e da legislação inferior, que a regulamenta, no que toca esses quatro pontos.

O primeiro deles é a iniciativa popular das leis. Com um esforço enorme, vou só citar o exemplo da Ficha Limpa. No ano passado, conseguimos nós colocar na mídia o tema mais importante do ano eleitoral, a Ficha Limpa, mais importante do



que a eleição da Dilma ou do candidato contrário a ela, o Serra. Mais importante do que isso é saber quem seria apanhado ou não pela lei da Ficha Limpa, quem estaria ou não em condições de concorrer às eleições. E surgiram *slogans*: “*Este é um partido de ficha limpa.*” “*Eu sou ficha-limpa!*”

Conseguimos, portanto, colocar na mídia o assunto “ficha limpa”, mas o esforço da iniciativa popular teve que ser muito grande. E é sempre muito grande: é necessário coletar milhões e milhões de assinaturas, cumprir milhões e milhões de exigências. Então, a nossa ideia é flexibilizar, simplificar esse processo, para permitir uma participação maior da população na iniciativa das leis, diminuindo a quantidade de assinaturas e diminuindo a formalidade para que elas sejam colhidas. Queremos, por exemplo, permitir que elas sejam colhidas através da rede; que sejam recolhidas através de urnas eletrônicas; que não sejam exigidas determinadas formalidades, como o número do título eleitoral — o cidadão poderia indicar o seu nome, o seu domicílio eleitoral, quem sabe até o nome materno ou paterno e, depois, a Justiça Eleitoral ou a própria Câmara ou o Senado apurariam se, de fato, aquele é um eleitor ou não.

Também estamos propondo que a tramitação do projeto de iniciativa popular não se sujeite a todos os percalços da tramitação dos projetos das Câmaras Legislativas e que ele tenha preferência sobre projetos de iniciativa normal dos Deputados ou Senadores. Queremos, portanto, que o povo participe mais da iniciativa dessas leis.

Nós também estamos propondo uma regulamentação mais flexível para a convocação do plebiscito e a autorização do referendo, que hoje constituem monopólio das Casas políticas do Congresso Nacional. Nós queremos que a realização desses dois instrumentos, referendo e plebiscito, possa ser também de iniciativa da sociedade civil, compartilhada, claro, com as instituições oficiais, de tal forma que possam ser instrumentos mais próximos e frequentes dessa participação da sociedade e da população na vida política da nossa Nação.

Também estamos propondo uma seleção de temas e assuntos que necessariamente devam ser submetidos à aprovação plebiscitária. Entre eles, estão determinados assuntos de muita importância para o futuro do País e para os objetivos nacionais, tais como privatização, alienação de ativos nacionais, grandes



políticas econômicas, de tal forma que a macrodefinição do futuro do nosso País, com o estabelecimento dessas grandes políticas, bem como a definição da questão energética, seja também submetida à aprovação popular — assim como fazemos hoje para criar Estados e Municípios — por meio de plebiscito. Da mesma forma, que possamos fazer plebiscitos para que o povo referende ou autorize a adoção de determinadas decisões de grande porte para o nosso País.

E ainda estamos propondo a introdução de um instrumento novo: a revogação popular dos mandatos. Nós não temos nenhuma experiência com isso. Alguns países do Ocidente já têm a regulamentação desse instrumento nas suas Constituições. Trata-se da possibilidade de os mandatos daqueles que exercem cargos eletivos, seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo, em determinado momento, serem interrompidos por uma revogação, entendendo-se que o mandato que o eleitor dá ao seu representante não é um cheque em branco ou uma procuração em branco, ou não é uma caixa-preta, fechada e misteriosa, mas um mandato para cumprir os objetivos para os quais aquela pessoa se elegeu, dentro de um programa partidário, dentro de uma filosofia ideológica e política.

Então, haveria a possibilidade de se convocar uma manifestação dos eleitores sobre o mandato de um determinado representante, e, alcançada a maioria na votação, aquele mandato poderia ser revogado. Seria uma espécie, digamos assim, de *impeachment* de uma pessoa que não está no exercício da Presidência da República, da Prefeitura ou do Governo do Estado, mas de um Deputado Federal ou Estadual ou de um Vereador.

Essas preocupações com a democracia direta, portanto, complementam todo um elenco de propostas que os meus companheiros aqui já explicitaram que seriam, para a Frente Parlamentar e para a sociedade civil, o conteúdo de uma reforma política que nós gostaríamos muito que acontecesse — e cada vez acreditamos menos que aconteça. De qualquer forma, o nosso dever é chegar aqui e falar a V.Exas. dessas nossas preocupações e dizer que, na medida das nossas possibilidades, estamos dispostos a fazer um esforço de mobilização.

Porém, estamos tendo dificuldades em dizer aos nossos companheiros que V.Exas., Deputados, Senadores, do Governo e da Oposição, realmente querem que isso aconteça. É preciso um gesto muito grande, um esforço muito grande, uma



contaminação muito grande do espírito da nossa Deputada Erundina nos seus pares para que, então, nós possamos acreditar que essa reforma pode ser feita e que ela não será protelada.

Perdemos esse campeonato. Estamos perdendo de dez a zero. Deixemos para o próximo campeonato e, quem sabe, para outra Legislatura, para outros tempos. Nós vamos chegar lá. Esse descrédito é pedagógico; esse descrédito é provocativo. Não é um descrédito de quem abandona a luta, mas descrédito de quem está indignado e pretende que essa indignação contamine cada vez mais segmentos importantes, aqui dentro e lá fora. (*Palmas.*)

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Sr. Marcello Lavenère Machado.

Findas as exposições, concedo a palavra primeiramente ao Relator, Deputado Henrique Fontana. E é claro que as inscrições continuam abertas.

Tem a palavra o Deputado Relator, Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Bom dia, Presidente, Deputado Edinho Araújo.

Quero cumprimentar a nossa colega Deputada Luiza Erundina e os demais Deputados que estiveram ou ainda estão acompanhando esta reunião da Comissão da Reforma Política, o Deputado Alceu Moreira, o Deputado Reguffe, o Deputado Dr. Carlos Alberto, a Deputada Rosane Ferreira... Muitas vezes nós temos múltiplas atividades no mesmo horário, e isso nos causa dificuldades. Eu mesmo me atrasei porque tinha reunião com um importante grupo que luta pela igualdade racial no País e com a Ministra Luiza, da SEPPIR, Secretaria da Igualdade Racial do Governo Federal.

Quero cumprimentar muito especialmente a Priscilla, que aqui falou em nome da Articulação de Mulheres Brasileiras; o Osiris, que usou a palavra em nome do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; o José Moroni, da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político; o Luiz Carlos Prates, do CONLUTAS; o Marcello Lavenère Machado, que aqui representou a CNBB e quase foi promovido a bispo pelo nosso Presidente, Deputado Edinho; os consultores da



Câmara, servidores públicos que estão trabalhando comigo no relatório; a Secretaria da Comissão; todos os presentes e todos aqueles que nos acompanham de casa.

A minha primeira frase é uma declaração de muita identidade com as exposições que aqui ouvi. Eu iniciei a minha militância política muito jovem e luto por mudanças que têm um cunho muito semelhante à fala de todas as pessoas que eu ouvi aqui.

Nesse período de diferentes espaços de militância que ocupei, entre eles o que ocupo hoje, como Deputado Federal — tive recentemente a oportunidade de ser Líder do Governo do Presidente Lula, por 2 anos, e Líder de uma bancada aqui na Câmara —, ensinaram-me ainda mais um aprendizado da democracia que eu carrego como lema na relatoria desta matéria, que alguém me disse ontem que é tão complexa. Eu ontem tive uma longa conversa com um Deputado que não está aqui hoje porque tinha outro compromisso, o Deputado Ronaldo Caiado, que foi Relator desta matéria durante anos.

Todo mundo diz que é muito difícil aprovar uma reforma política, por diversos motivos. Primeiro, exatamente porque por trás de uma reforma política estão os mais altos interesses da Nação e do jogo de poder de um País. Segundo, porque muitas pessoas têm muitas ideias, e muitas delas, ou todas, ideias positivas — independentemente de eu concordar com elas, o que é essência da democracia. A dificuldade é descobrir quais dessas ideias devem ser os primeiros passos, quais devem ser as priorizadas, como se faz a redação dessas ideias e se administram as contradições geradas num ambiente democrático para, ao final do processo, alcançarmos, no mínimo, 257 votos, em alguns casos 308 votos no Plenário da Câmara Federal, que os brasileiros elegeram pelo atual sistema, com distorções, limites — e, aliás, se todos nós defendemos a bandeira da reforma política, é porque é mesmo preciso melhorar a política brasileira —, depois 41 votos no Senado. Ou melhor, três quintos de 81. A matemática me falhou no cálculo de cabeça. Deputado Alceu... Se alguém puder me ajudar, eu estou sem máquina de calcular.

Então este tema é um grande desafio. Eu ia dizer uma frase. É esta: a boa lei é a que passa e é aprovada, se for boa, evidentemente, na visão de quem a está analisando. Dificilmente aqui na Câmara, ou na democracia, aprova-se uma lei que eu considere ótima. Sou Parlamentar há muitos anos e não me lembro de



praticamente nenhuma lei que eu tenha aprovado exatamente como eu gostaria. Em certa medida isso é positivo, porque indica que houve um balanço de forças, que é a essência do sistema democrático. Ou seja, é preciso ceder nisto para conquistar naquilo.

Eu quis dizer isto no início da minha fala porque eu sei que, no dia em que aceitei o convite para ser Relator da reforma política, iniciou-se um processo de responsabilidade política entre mim e os colegas da Comissão que é desgastante, porque não posso dizer “sim” para tudo o que eu gostaria, não posso escrever um relatório que seja o sistema político dos meus sonhos. Preciso defender as minhas ideias e tentar convencer os colegas e a sociedade.

Por exemplo, um tema de que eu sou grande defensor, o que eu considero a mudança mais profunda no sistema político brasileiro, ele não tem maioria social hoje. É o financiamento público exclusivo de campanha. E todos os que falaram hoje têm identidade com esse tema. Na nossa Comissão, arrisco-me a dizer, Deputada Rosane, já temos essa maioria. E é arriscado para um Relator dizer isto. Eu estaria adivinhando o voto dos colegas? Mas eu percebo isso. Eu converso muito, faço muitas reuniões. Além do trabalho aqui na Comissão, são horas e horas de conversas. Lá no cafezinho...

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - A maioria dos que vêm aqui, né?
(Risos.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Essa observação, Deputado Alceu, é extremamente perspicaz e pertinente, porque de fato nós registramos, sem fazer juízo de mérito, ausências bastante frequentes na Comissão. E há um partido político que, legitimamente, faz propaganda de massa contra o financiamento público exclusivo.

Mas por que eu dizia isso? Porque esse tema, por exemplo — e não tenho dúvida disto, porque os nossos representantes aqui expuseram com muita precisão os seus argumentos —, em primeiro lugar ele trata da igualdade, ou da diminuição da disparidade entre os candidatos. Um dos nossos palestrantes, acho que o Luiz Carlos, sugeriu que o sistema preveja 50% de distribuição igualitária dos recursos entre os partidos políticos registrados no Tribunal Eleitoral. Eu acho esse percentual alto demais, e não porque eu seja de um partido que foi pequeno e hoje é grande,



mas porque eu acho que isso poderia tornar artificial o papel de partidos que ainda não têm representação social efetiva, afinal quem decide o tamanho dos partidos dentro num sistema com imperfeições é a população que vota. E eu sempre digo também que, por mais que possamos, através de leis, resolver diversos dos limites que aparecem no resultado final de uma eleição, parte desses limites, Deputado Edinho, não podem ser corrigidos por leis, serão corrigidos no exercício efetivo da democracia, pelo grau de acesso da população à informação efetiva, etc. Eu posso me sentar e escrever 200 leis.

Eu quero anunciar, como anunciei ontem, que, se alguma coisa está decidida, com todo o respeito ao amigo Deputado Alfredo Sirkis — não pude dialogar com ele ontem —, que tenta me convencer de que nós devemos aprovar o financiamento público mas com um complemento privado, limitado a 1 mil reais, ou a 2 mil para a pessoa física, se eu tenho uma convicção, é a de que nós temos que experimentar um sistema de financiamento público exclusivo. Alguém pode me perguntar: *“Mas, Fontana, como é que tu vais me provar que não vai haver caixa 2 com esse financiamento público exclusivo?”* Não tenho como provar. Isso seria equivalente a pedir que eu não aprove uma lei que vai melhorar o sistema, que vai trazer para o sistema uma melhoria profunda, porque essa lei pode ser burlada. Ora, por que para a política a lei teria que ser blindada? Vejam que aí há também um preconceito, e por parte de alguns uma fala interessada, evidentemente, em que a lei que regula política deva ser perfeita ou não existir. Existe lei que impede o narcotráfico, mas existe narcotráfico, infelizmente; existe lei que proíbe o crime, mas infelizmente ocorrem crimes; existe lei que proíbe o contrabando, mas infelizmente ocorre o contrabando. Enfim, o que nós estamos tentando neste relatório, com a ajuda inestimável dos nossos consultores, que estão sempre nos ouvindo e que argumentam muito conosco, é compor uma maioria para votar um projeto que melhore a política brasileira, não para torná-la perfeita, até porque não existe sistema político perfeito.

O financiamento público garante maior equidade. Alguém pode dizer que o candidato do PT vai ter tanto... E para os meus azares aconteceu isso no momento em que me tornei Relator da reforma política — provavelmente também por isso, porque os partidos grandes têm nesta Casa preponderância para indicar Relatores e



Presidentes. Eu hoje sou de um partido grande. Alguém me perguntava: *“Mas aí o candidato a Presidente de um partido vai ficar com tantos milhões e o candidato de outro partido vai ficar com uma quinta parte?”* Eu mostrei a tabela e disse: *“Sim, mas eu quero te explicar o seguinte. No financiamento privado, essa diferença que tu questionas é muito maior, porque os partidos grandes é que têm força para atrair contribuições que muitas vezes, algumas vezes, ou médias vezes, sei lá, não são feitas por amor à democracia, não são feitas por amor à causa”*. Tanto isso é verdade, que eu vou colocar no relatório que não será proibida a participação da contribuição privada nas eleições brasileiras. Mas vamos criar um fundo nacional, administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e qualquer empresa poderá fazer uma contribuição de caráter republicano universal.

Por exemplo, a empresa “A” quer contribuir para diminuir os gastos no Orçamento Geral da União previstos para custear a democracia verdadeira. Porque a democracia tem um preço. E quando eu digo que não temos maioria na sociedade, ainda é porque ainda temos que explicar à população brasileira que no financiamento privado ela paga, sim, pela eleição. Ou será que porventura o diretor de uma empresa vende o seu patrimônio próprio para contribuir para uma eleição? Não. Ou ele embute esse custo no preço do produto, que é vendido de forma legal, e a população paga pelo produto, ou ele age pelas vias que nós mais queremos suprimir, isto é, age de forma ilegal, com sobrepreços, por exemplo, que vão depois financiar a democracia. O Deputado Alceu tem dito seguidamente aqui que isso retira, sim, parte da independência e autonomia dos mandatos.

Um colega, de forma muita franca e respeitosa, porque a nossa Comissão tem feito um debate, Deputada Erundina, muito qualificado, entre pessoas com posições diametralmente opostas mas que se respeitam muito, como tem mesmo de ser numa democracia, esse colega disse: *“O meu mandato não tem relação de dependência com o sistema de financiamento de eleição”*. Ele dizia isso para contestar a ideia de que o financiamento público precisava ser adotado. Eu acredito nele, mas não acredito que assim seja na maioria dos casos. E eu não acredito que seja razoável, gente, que uma pessoa — e vou falar dos outros que estão aqui na mesa — tome uma decisão, num determinado momento da vida, como tomaram as Deputadas Rosane e Erundina e o Deputado Edinho, a decisão de se dedicar à



causa pública... Eu, por exemplo, me afastei da minha profissão, que é a Medicina, porque não tinha como compatibilizá-la com a atividade parlamentar, que é uma das mais nobres atividades que um ser humano pode exercer. Digo uma das mais importantes porque todas elas são importantes.

Eu me lembro sempre de um texto do Rubem Alves sobre política e jardinagem em que ele diz que o político é aquele que cuida das praças, de todas, no sentido de que ele se dedica ao bem comum.

A pessoa que toma essa decisão, Deputado Reguffe, tem de administrar uma campanha como se ela fosse um negócio. Muitas vezes ela tem que mendigar o recurso para poder defender suas ideias. Primeiro ela tem que pagar um pedágio financeiro para conseguir dinheiro, e então pode defender suas ideias. E as campanhas se transformaram numa disputa de técnicas sofisticadíssimas de *marketing*. Por exemplo, há marqueteiro que ganha numa campanha o que eu, como Deputado Federal, que tenho um salário privilegiado neste País, ganho em 10 anos. E aí, em vez de a população analisar os programas que estão em jogo, em vez de se envolver com o projeto de País, etc., com a história de vida de cada candidato, com a sua credibilidade, lá vamos nós para as técnicas sofisticadíssimas de *marketing*, que, evidentemente, desorientam uma eleição.

Dito isto, e me desculpem por ter tomado um tempo demasiado, eu quero abordar temas específicos levantados pelos nossos oradores de hoje. Para alguns há uma inclinação do Relator. Já que estamos na reta final, agora o Relator já não fala de forma tão genérica como falava há 2 meses.

Outra coisa que eu anotei para falar aqui é que nós optamos por um caminho diferente do Senado. Não estamos numa competição, o que seria uma infantilidade, mas temos uma visão diferente. Sempre trabalhamos na Comissão com a ideia de que é preciso fazer um projeto integral da parte da reforma política que queremos fazer e não fatiá-la em ene pedaços, porque um partido pode aceitar votar a favor de algo se ele sabe que junto com esse algo que o contraria vem outra coisa, que ele entende que é positiva. Então nesse *mix* se conquista determinado voto.

Se eu disser aos meus amigos — estive ontem por 1 hora e meia reunido com o Partido Comunista do Brasil — que a reforma política vai significar o fim da coligação proporcional, eles entram em obstrução e fazem miséria para derrubar a



reforma política. Já seu disser, como disse lá, que o fim da coligação proporcional, que eu defendo, virá junto com o financiamento público e com a mudança do sistema de votação, aí teremos um balanço que pode chegar àquela lei que eu mencionei, a lei boa, que é a possível de aprovar.

Então, respondendo à Priscilla, nós estamos aqui inclinados para o fim das coligações proporcionais, com a possibilidade de compor federações partidárias que tenham a duração mínima de 3 anos e com um programa constituído, com um forma de fazer sua nominata de Parlamentares.

Vamos falar da lista. Sobre financiamento já falamos. O Osiris nos diz que é importante termos alguma coisa para valer para o ano que vem, e lá vai o Relator para o desgaste. Eu defendo que as normas não devem valer para o ano que vem. Eu defendo que nós devemos dar previsibilidade à democracia brasileira. Se nós temos há 30 anos este sistema, eu não vou me precipitar por causa de 2 ou 3 meses a mais. E o Parlamento tem essa lógica, o Parlamento não é o Executivo. Não adianta eu querer me afobar. Se eu forço a barra na hora errada, posso acabar no nada.

Eu tenho dois compromissos agendados para amanhã, com dois futuros candidatos a Prefeito na eleição do ano que vem. A eleição está em pleno andamento. Coligações, conversas, etc. Então, na minha visão, o primeiro teste do novo sistema será em 2014.

Sistema de votação. A lista fechada é o sistema que eu defendo originalmente, sobre o qual eu li muito, é a minha convicção pessoal. Mas o relatório não reflete a convicção pessoal do Relator, e sim aquilo que pode ser aprovado. Eu entendo que a lista pura... Meu amigo Caiado me pressiona: *“Por que é que tu não colocas a lista fechada no relatório, Fontana?”* *“Porque eu tenho convicção de que ela não vai passar”*. E eu não estou inclinado, neste momento histórico do Brasil, a fazer uma política demarcatória.

Aproveito para dizer ao Lavenère, que fez uma fala bacana aqui, empolgada, que eu sou otimista, mas um otimista com o pé no chão. E eu trabalho pelo meu otimismo. Vou dedicar tudo o que eu puder para conseguir votar junto com os meus colegas aqui. Vou ceder daqui, fazer a maioria lá, alterar nisto, dar um prazo ali, tudo



para conseguir melhorar o sistema. Se o sistema melhora, elege-se um Parlamento melhor, etc. As coisas vão melhorando de forma progressiva.

Então a minha inclinação é para um voto proporcional misto. Mas respeito muito outras opiniões. Estou estudando sugestões de coisas diferentes daquelas que estou propondo inicialmente.

O proporcional misto o que seria? Primeiro, mantém-se o critério proporcional, o que protege minorias. Por exemplo, um grupo, um partido que tem ligação com um voto forte de caráter ambiental muitas vezes tem que ter 20 candidatos num Estado para conquistar 3% dos votos desse Estado e eleger um Deputado, num Estado que elege 30 Deputados, mais ou menos o caso do Rio Grande do Sul. Então o voto proporcional, considerados todos os votos do Estado, facilita a expressão de “minorias”, digamos assim, porque essa é uma palavra que nós usamos de forma errada, já que às vezes uma minoria é maioria do ponto de vista social embora esteja em minoria na representação em tal e qual lugar. Então é 100% proporcional o sistema que eu proponho.

E eu proponho fortalecer e qualificar o voto do eleitor, ou seja, eu proponho convidarmos o eleitor para uma dupla reflexão, porque, como a cultura brasileira do voto na pessoa é muito forte, eu entendo que nessa mediação é preciso respeitar essa cultura, esse desejo do eleitor de votar no Deputado “X” ou na Deputada tal. Mas a minha ideia é que o eleitor faça duas escolhas. Ele primeiro faça uma reflexão sobre qual o partido, o programa, a lista partidária que quer apoiar, e portanto dá esse voto, concede esse voto, ou delega esse voto — que é um termo melhor —, e a seguir escolhe o Deputado da sua preferência nessa lista que foi constituída. Alguém, por exemplo, que está em 15º da lista, se tiver uma grande representação social pode ficar em primeiro lugar entre os mais votados no voto nominal. Se o partido “A” elege seis Deputados, quem são os seis? Os três primeiros da lista e os três mais votados.

Mas como é que se faz a lista? A minha ideia é estabelecer parâmetros mínimos de garantia democrática para a vida cotidiana dos partidos. E como eu tenho que respeitar a autonomia dos partidos, minha ideia é trabalhar uma proposta que nem é minha, é do relatório anterior da Comissão, que prevê algumas formas. O partido, em âmbito nacional, decide que vai usar determinada forma. Por exemplo,



voto secreto universal de todos os filiados, numa prévia, garantindo-se ao filiado cinco votos para que ele não se fidelize uninominalmente a um único Deputado do seu partido. Segunda possibilidade, o voto em chapas. Porque o voto nominal pode gerar, em partidos que tenham uma maioria, uma espécie de acordo em que setores minoritários fiquem fora da composição da chapa. O setor majoritário pode chegar e dizer que os cinco que eles vão colocar são todos do seu campo político, e aquele campo político que tem 15% fica fora da chapa. Então pode o partido optar pelo sistema de chapas. Terceiro, o voto secreto em convenção. Alguém vai dizer que o cara pode reunir 50 numa convenção manipulada. Ora, eu não posso tutelar completamente a vida dos partidos. E imagino que, se um partido compõe sua lista de maneira totalmente antidemocrática, um eleitor que preze pela democracia vai retirar o seu voto desse partido. Esse vai ser outro fator de disputa.

Eu poderia falar de muito mais coisas, mas meu tempo já estourou, já se esgotou, então peço desculpas por não ter abordado outros temas levantados, também de grande importância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Deputado, V.Exa. dispõe do tempo que julgar necessário.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É por isso mesmo que eu tenho que saber ser mais comedido. Quem dispõe de tempo livre, como é o caso do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Tudo bem. Mas o tema é importante. V.Exa. começou ontem a dialogar sobre isso — a apresentação do seu relatório foi adiado —, e já começa a explicitar algumas convicções. A Presidência coloca o tempo à sua disposição. Esse é o sentimento do Plenário.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu vou aceitar apenas pela possibilidade que o Presidente me dá de falar de um tema que eu só olhei de relance.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Deputado Fontana, eu gostaria de contribuir com V.Exa. Como V.Exa. é Relator e vai interferir em vários processos, a sua permanência aqui é de fundamental importância, e com tempo livre. Portanto não tenha a preocupação de explicitar tudo de uma vez, porque oportunamente V.Exa. poderá fazer outras intervenções.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Correto. Vamos nessa linha do Deputado Alceu.

Então só vou dizer mais uma coisa, pela sua importância numa reunião com o caráter desta em que nós estamos.

Pois não, Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Só um questionamento, Deputado Fontana. Em regiões com menor número de eleitores, como, por exemplo, o Distrito Federal e outros Estados do País, que elegem apenas oito Parlamentares para a Câmara Federal, quatro seriam eleitos pelo seu sistema, o do voto em lista, e quatro pelo voto nominal, a lista dando a proporção de quantos o partido teria?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não. Pode acontecer...

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Vamos supor que houvesse oito partidos, cada um elegendo um Deputado. Se isso acontecesse, quem seria eleito, o primeiro da lista ou o mais votado?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Seria o mais votado. Era isso o que eu ia dizer a V.Exas. Se porventura oito partidos elegerem oito Deputados diferentes, a minha opção como Relator é de se eleja o mais votado, porque a lista dos eleitos será alternada: primeiro o mais votado, segundo o que está em primeiro na lista, terceiro o segundo mais votado, quarto o que está em segundo na lista, quinto o terceiro mais votado, sexto o que está em terceiro na lista, e assim sucessivamente até que se chegue ao número de Deputados eleitos.

No exemplo hipotético de V.Exa., de oito partidos elegerem cada um deles um Deputado, ou uma Deputada, os oito serão os oito mais votados. Essa é uma opção que eu fiz com bastante reflexão, porque eu não poderia arriscar convivemos com a circunstância de um Deputado fazer 100 mil votos no voto nominal, aquele que o partido colocou em primeiro na lista fazer 10 mil votos e, no caso de só ser eleito um deles, eleger-se o que teve os 10 mil votos, o outro ficando fora.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Só mais um questionamento, Deputado Fontana. O senhor é muito sério, então acho que é importante o senhor...

Vou fazer aqui o advogado do eleitor. Vamos supor que o partido "X" eleja dois Deputados, sendo o mais votado o nono da lista e o segundo mais votado o décimo da lista. Esse partido vai eleger o nono da lista, que foi o mais votado...



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E o primeiro da lista preordenada.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - ... e o primeiro da lista.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sabe por que, Deputado Reguffe?

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Eu sei, mas como é que nós vamos explicar para o eleitor...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu compreendi a preocupação.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Como é que nós vamos explicar que, o décimo tendo mais votos do que o primeiro, será eleito o que teve menos votos?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu explico. Porque a democracia não pode ser apenas um embate de personalidades, a democracia demanda o fortalecimento dos partidos, que são o alicerce da defesa de projetos coletivos.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Eu sei, mas...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O que é que se vai gerar com um sistema como esse? Eu sempre conto, brincando, para descontrair, que o meu pai, por exemplo, vota no PT porque tem um filho que é Deputado do PT. No início ele não votava. Quando eu comecei no PT ele não votava no PT. Depois eu o conquistei. Primeiro eu conquistei o voto dele no PT porque tem um filho que é Deputado do PT. No início ele não votava. Quando eu comecei no PT, ele não votava no PT. Primeiro eu conquistei o voto dele para o filho e, depois, devagarzinho, conquistei o voto dele para a chapa completa. E hoje, inclusive, às vezes, ele briga demais. *“Pai, tu tens que ser mais calmo nos debates. Não podes te estressar tanto”*.

Provavelmente o meu pai, Deputado Reguffe, vai se interessar em se filiar a um partido político, porque ele vai aprender democraticamente que o ato de ser filiado a um partido político permite a ele ajudar a definir a cara com que esse partido se apresenta numa eleição.

Então, além de outras vantagens de uma filiação — ninguém é obrigado a se filiar —, terá mais esta força, que é ajudar a compor a lista. Por quê? Porque os partidos têm que ser responsabilizados por todos os candidatos que apresentam.



Hoje existe a seguinte distorção no sistema: em princípio, o partido deve convidar o máximo de pessoas possível para serem candidatos, mesmo que haja eventual desgaste com algum desses candidatos, porque tudo soma para o partido. Não há desgaste. O partido pode estar com candidato tal, com perfil que é questionado, etc., mas como ele tem votos numa determinada circunscrição, o partido o coloca, porque é um jogo de soma. Agora, para montar uma lista, o partido vai se responsabilizar de outra forma.

Eu só quero ter cuidado com o tempo, porque o Deputado Alceu estava inscrito para falar.

Para encerrar, quero dizer que estamos bastante decididos a adotar mecanismos que ampliem a democracia direta, entre eles a utilização das redes, de mecanismos de apoio pela Internet a projetos de lei de iniciativa popular e também de emendas à Constituição de iniciativa popular.

Enquanto não houver sistema biométrico no País — em alguns anos haverá, o que facilitará bastante —, vamos abrir um espaço institucional no Parlamento brasileiro, no qual o movimento social ou qualquer cidadão poderá protocolar um projeto e dizer: *“Quero lutar para atingir ‘x’ mil assinaturas para colocar esse projeto em tramitação”*. Aí ele pode passar a propagandear nas redes: *“Entre no site tal e apoie o projeto que altera tal situação”*. A pessoa acessa o site, lê o projeto e, se gostar, digita o seu nome, mais dois ou três dados e passa a apoiar o projeto.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Deputado Henrique Fontana, só para dizer que eu disse isso de forma construtiva...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - ...até porque eu quero me convencer para votar favorável ao relatório.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E eu entendi bem assim, de forma superconstrutiva.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Da mesma forma que o eleitor questiona um sistema que faz com que hoje quem tem menos votos às vezes seja eleito e quem tem mais voto fique fora, esse eleitor também vai questionar esse sistema. Eu disse isso apenas de forma construtiva, para ouvir o argumento de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - O Deputado Henrique Fontana concluiu? (*Pausa.*)

Vamos obedecer à ordem das inscrições. Estão inscritos o Deputado Alceu Moreira, a Deputada Rosane Ferreira e o Deputado Dr. Carlos Alberto.

Tem a palavra o Deputado Alceu Moreira, pelo prazo de 3 minutos, conforme estabelecido no início da nossa reunião.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Se não for fazer falta, eu posso ficar com 2 minutos. A minha capacidade de síntese é fantástica, e é um assunto fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Deputado Alceu Moreira, contamos com o bom senso de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Como eu sei que o senhor é uma pessoa absolutamente educada e generosa, vou fazer a explanação do que pretendo, no tempo que achar necessário, mas vou ser o mais objetivo possível.

Primeiro, quero parabenizar a Deputada Luiza Erundina pelo seu histórico compromisso com a participação popular. E não é dessas que enche a boca com o “popular” como se fosse bolacha d’água. Sabe perfeitamente que se são cérebros, pernas caminhando, construindo cidades, roças e lavouras, são pessoas o tal do “popular” que é tanto usado por muitos que fazem governos para ricos e discurso para pobres. Fica fácil, não é?

Estamos chegando ao final desse processo e estou chegando aqui com uma participação efetiva. Participei o máximo que pude de todas as reuniões, em todos os lugares. Ouvi muito, aprendi pouco, porque o assunto é complexo, mas acho que posso chegar a algumas conclusões.

Primeiro, é muito importante neste debate, mesmo indignado, não trazer os defeitos do atual sistema para contaminar a proposta futura, porque, senão, não é reforma. Se eu estou propondo uma reforma e imagino que na reforma eu levo todos os defeitos de agora, não precisa de reforma, mantém-se o que está aí. A reforma tem de tirar os defeitos de agora.

Eu, por exemplo, sou favorável ao financiamento público e exclusivo de campanha. Sabem por quê? Porque eu gostaria muito de lá no Rio Grande do Sul ir para o debate frontal com o Deputado Fontana sem nenhuma preocupação com quem vai pagar o lugar onde eu estou, a forma como lá cheguei, minha propaganda



eleitoral. Eu quero vencer o Deputado Fontana pelas ideias, no confronto. Eu tenho uma proposta de solução de vida que eu posso apresentar pelo meu partido e que é melhor do que a dele.

Eu não estou aqui na busca de construir pontos comerciais. Eu quero, na verdade, um mandato parlamentar. Mas eu sei que nesta Casa há um monte de pontos comerciais. Há muitos aqui que buscam recursos, desesperados, para fazer campanha, e outros procuram desesperadamente a campanha para buscar recursos. É diferente o processo. E há um grupo grande que se aproveita da campanha para buscar recursos e que, inclusive, continua arrecadando depois, porque vai ter outra campanha e já tem de estar com o bolso prevenido. Então, segue o baile.

Eu quero lhes dizer com toda a franqueza que, se nós conseguirmos, Deputados Erundina, Fontana e Edinho, convencer o Plenário com muita sabedoria, paciência, tolerância, que o financiamento público exclusivo é absolutamente necessário nesta quadra histórica do Brasil... Mas não façam comparativo com a Alemanha, por favor! Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Nós estamos em outro tempo.

Agora, quando a mazela do sistema público é o financiamento, é o comprometimento da independência do Parlamentar — e isso pode ser até com relação às emendas parlamentares, que, embora legais e usadas pelo Governo, são um instrumento tão corrupto quanto o financiamento privado —, o cidadão na ponta da agulhada, na hora de votar, diz o seguinte: *“Olha, meu irmãozinho, se tu não votares a favor do Governo, tu vais perder as emendas parlamentares”*. E ele fica pensando: *“Poxa, e aqueles 100 prefeitos aos quais eu ia dar 100 mil para cada um, como é que eu vou fazer? Como é que vai ser a minha eleição?”* Nessa hora, ele entra com a digital e sepulta a consciência; só aperta o dedo.

Eu também não quero nada, absolutamente nada. Quero um processo independente. Financiamento público e exclusivo em qualquer sistema. *“Ah, mas na lista aberta, pelo sistema proporcional, pode ter o caixa dois”*. Pode, meu irmão, pode, claro que pode.

Eu adoro ver quem toca violão. Não sei tocar uma corda só, mas isso não me permite quebrar o instrumento. O fato de não saber tocar não me permite quebrar o



instrumento, absolutamente não. *“Ah, mas pode ter caixa dois”*. Pode, claro que pode. Há edifícios com todo o tipo de segurança que são arrombados, e há casebres sem nenhum cadeado, e ninguém arromba. Depende do interesse. Pode ser.

Agora, é possível fazer-se um sistema com o financiamento público exclusivo de campanha pelo que se permite na propaganda eleitoral, que é absolutamente necessária para que o sistema dê ao Parlamentar, ao candidato, o direito de projetar seu pensamento com relação à sociedade e ser compreendido e criticado por ela.

É só o que nós estamos querendo, nada mais. Que instrumento mais eu preciso? Eu não sou embalagem de sabonete nem de xampu. Por que eu tenho de estar todo bonitinho, bem penteado? Eu não preciso de nada disso. A população quer saber como é a minha vida pregressa, qual é meu histórico, a minha biografia, e como é a minha conduta política, o que eu penso, que compromisso eu tenho, com coerência ou não, sobre as questões sociais. É isso que me interessa. Eu acho que o sistema tem de projetar isso.

Portanto, eu tenho um sonho de um dia poder no meu Estado fazer campanha, sair de casa... Bom, se só for permitido fazer campanha a cavalo, que todos vão a cavalo. Não pode usar carro, para não gastar gasolina. Está bem, qualquer coisa que seja igual para todos, qualquer sistema me serve.

Financiamento público exclusivo, portanto, é absolutamente necessário.

Metade da lista — e eu quero concluir com isso. É possível que não se consiga completar agora lista fechada para todo o Parlamento. É claro que sim. Não passa aqui. Mas eu queria imaginar nesta Comissão, a que eu venho seguidamente, como ficaria o Parlamento no período pós-eleitoral, depois do mandato, com uma Comissão decidindo sobre assunto específico, e ele sendo eleito pela lista fechada. Que compromisso tem ele com a emenda parlamentar? O que interessa para ele se a empresa tal financiou o asfalto tal ou não? Ele não está nem aí. No mínimo, a outra parte que foi eleita pelo outro sistema tem que compor com esses, porque senão não consegue transitar no Congresso. Se nós resolvêssemos a metade dessa baderna geral, já seria muito melhor do que hoje. Só a metade.

Agora, se nós conseguirmos manter a proporcionalidade na lista aberta para conseguir incluir os partidos pequenos, com fundamentação ideológica... por isso 50% do financiamento não pode ser igual. Não dá para comprar todos os merengues



pelo mesmo preço, porque eles têm tamanho e gosto diferentes. Não é bem assim, senão tu fazes ficar homogêneas coisas absolutamente desiguais. Há partidos que são siglas de aluguel. Se tu colocares 50%, vão fundar mais uma série de outros em cartório para poderem receber esse dinheiro. Então, tenho certeza que não.

Quero concluir dizendo para os senhores com toda a franqueza: acho que evoluímos bem. Quero dizer mais com relação à participação popular: não basta a participação popular só reduzindo o número de assinaturas. Aqui, meus ilustres, a prioridade de votação nunca será a popular, será sempre a medida provisória. Se o Parlamento não respeita nem o que ele faz — é o que o Governo manda, que tem prioridade aqui —, como é que eu vou querer ser tão austero e exigente, a ponto de exigir que o povo, pobre povo, tenha primazia sobre o que pensa, se o Parlamento, que deveria fazer leis, não respeita as suas próprias? O Poder Executivo é que manda as leis. Então, eu tenho dificuldade com isso.

Mas eu gostaria, Deputada Erundina — e conversei muito com V.Exa. quando estava em São Paulo —, de propor um instrumento de participação popular permanente. Há assuntos que têm de estar à disposição da consulta popular diuturnamente. Precisava haver uma forma de auscultar a opinião média da população, da CUT, da federação dos grandes empresários, dos sem-terra e do latifúndio. Precisamos ouvir todos o tempo inteiro, porque cada vez que esses corredores das Comissões encham, ou cada vez que aquela galeria do Congresso enche, a barrosa vai ser sangrada; a parte envolvida se move com uma fúria enorme, e a parte que paga a conta fica em casa com a cabeça enterrada, sem saber que está pagando. Seria melhor que todos soubessem de tudo para se manifestar sobre tudo e ter o pensamento médio. Daria mais conforto à população.

Há um instrumento intermediário que vai entre o representante eleito e a manifestação do povo, que não está só na formulação das leis, está na manifestação quotidiana do sentimento médio da população, que, pela organização social do nosso País, pode se manifestar em fração de segundos pelas redes sociais e dizer a média do pensamento da população brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem.

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.



A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente, parabéns, Deputada Luiza Erundina, e obrigada por este momento.

Rapidamente, entre as palavras do Sr. Marcello estava: *"Indignai-vos, indignai-vos, brasileiros"*. O senhor citou, inclusive, um autor e um livro.

Em 1999, por profunda indignação com a política partidária, eu me filiei a um partido político. Eu poderia continuar, como passei toda a minha juventude, falando mal, criticando e tal, ou ir para dentro e tentar fazer diferente. A segunda opção é muito mais difícil: significa renúncia, como bem colocou o Deputado Henrique Fontana; significa abrir mão da convivência familiar e expor as suas entranhas, a sua vida; significa ser questionado, ser vigiado, principalmente por alguns setores que tentam e insistem em desconstruir a política partidária.

Eu me filiei ao Partido Verde em 1999. Em 2006, eu me elegi Deputada Estadual, com o menor número, Sr. Mancha — permita-me que o chame assim, porque sei que é assim que o senhor é conhecido, como o senhor colocou —, de votos e com a campanha mais barata do Estado do Paraná. E agora, na sequência, eu me elegi Deputada Federal, talvez com uma das campanhas mais baratas desta Casa. Não me preocupei em ir ver. Dentre os 30 Deputados do Paraná tenho a penúltima posição em número de votos: 47 mil votos. Isso tudo dentro de uma legenda pura, sem coligação partidária, numa legenda construída, na qual a minha suplente, uma grande pessoa, só teve 167 votos a menos do que eu. Quer dizer, sou uma prova cabal de que o sistema não é realmente de todo ruim, se construímos um partido por inteiro, se acreditamos, se trabalhamos olhando no olho do eleitor.

Também sou funcionária pública e digo para o senhor que foi muito providencial, durante os meus 3 meses de campanha, manter os meus proventos, embora eu também saiba que isso é injusto com os que não podem concorrer dessa forma, os trabalhadores de um modo geral.

Mas estou aqui, e muitas vezes as pessoas me questionam lá na minha base, na pequena cidade de Araucária, no Paraná. A minha base pergunta: *"Mas por que você quer mudar, se esse sistema te levou até lá?"* E sou mulher, também de outra



minorias, além de ser de um partido pequeno, com gasto pequeno em campanha, sem coligação partidária. Quer dizer, é tudo uma outra história.

Sei que sou exceção. E estou aqui porque não quero ser exceção num sistema, quero que outras mulheres estejam aqui, como a Priscila defendeu. Quero que outras minorias estejam aqui, porque é aqui que se constroi o País.

Agora eu queria falar só para os movimentos e terei que deixá-los. E nem quero ouvi-los, quero apenas pedir. É preciso sensibilizar o resto da sociedade para a importância da reforma política, porque a sociedade que não quer votar numa lista fechada é a mesma sociedade em que 70% das pessoas, um mês depois da eleição, não sabe em quem votou para Deputado Federal e, conseqüentemente, não o segue.

Então, há uma discordância nesses conceitos. E a sociedade que critica e põe todos os Deputados e Deputadas no mesmo balaio, que diz que todo o mundo é igual, é a mesma sociedade que não está imbuída na reforma política e não entende que os Deputados aqui chegam por um sistema eleitoral no qual temos de mexer.

Precisamos que os movimentos populares realmente sensibilizem o restante da sociedade para a necessidade dessa reforma, Deputada Luiza Erundina.

Fiz alguns movimentos na minha região. Primeiramente, chamei as pessoas mais envolvidas com a questão política. E elas não estavam sensibilizadas para essa necessidade, porque as pessoas acham que o problema está nos eleitos e não na forma. Depois fomos para dentro das universidades, e da mesma forma senti isso. Não há engajamento da sociedade na necessidade de revermos esse sistema e a forma com que trazemos as pessoas aqui para dentro. Esse é o meu pedido.

Eu os ouvi com bastante atenção, embora em alguns momentos tivesse que ir atender ao meu telefone. E já os ouvi em outras oportunidades. Precisamos do engajamento da sociedade como um todo para que a reforma realmente aconteça. Defendo algumas questões aqui dentro, mas não vou, devido ao adiantado da hora, colocá-las agora.

Muito obrigada pela oportunidade. Esta Mesa, senhores, representa o que há de melhor na nossa política. E são muitos os melhores aqui, são muitas as pessoas empenhadas. Os Deputados Henrique Fontana, Luiza Erundina e Edinho são exemplos para nós que aqui chegamos. E temos que mostrar o trabalho deles.



A imprensa, finalizando, só mostra o ruim. Ela separa o joio do trigo, mas é o joio que vende, e só o joio se explicita. E a cada dia afastamos mais as pessoas do bem e da política partidária. E este é o único caminho para a construção de um país mais justo, mais igualitário, não tenho a menor dúvida disso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Deputada Rosane.

Tem a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR. DEPUTADO DR. CARLOS ALBERTO - Sr. Presidente, Deputado Edinho; Deputada Erundina, que é uma referência para todos nós, nacionalmente; Deputado Henrique Fontana; senhores expositores, nem tudo está perdido.

Estou há 45 anos na vida pública brasileira, no Poder Executivo, nas três esferas da Federação. E, em função de um trabalho que realizei no meu Estado, o Rio de Janeiro, de combate à alcoolemia *versus* direção, hoje estou na Câmara Federal pela primeira vez como Deputado Federal.

Eu não tive a oportunidade, infelizmente — como disse o Deputado Fontana, eu estava no plenário —, de ouvir os outros expositores, mas ouvi o Marcello Lavenère, cuja vida e trajetória todos nós conhecemos e respeitamos.

Eu gostaria de dizer, Lavenère, que, infelizmente, a sua indignação é a indignação de todos nós. Eu digo isso porque eu tive a coragem, como debutante, correndo o risco de ser mal interpretado, porque, quando a gente chega aqui pela primeira vez... Há um ditado popular que diz, permitam-me, que “pato novo não mergulha fundo”. Mas eu, corroborando com o Presidente desta Comissão, Deputado Almeida Lima, e com esses companheiros que estão na Mesa, tive a coragem de dizer exatamente o que o senhor disse ainda há pouco: que a população não nos deu um cheque em branco assinado para que nós decidíssemos em nome dela. Eu fui um daqueles Deputados — com todo o respeito aos decanos da Casa, que estão aqui há 5, 6, 10 mandatos, alguns que tiveram a coragem também de externar que não eram a favor de ouvir a população com relação à reforma política, porque eles já haviam recebido tal cheque em branco para falar em nome da sociedade —, que tiveram a coragem de dizer que eram contra isso, que deveríamos ouvir a sociedade na ponta da linha.



Felizmente, a Comissão de Reforma Política tem ido a vários Estados. Foi ao meu Estado, o Rio de Janeiro, à Assembleia Legislativa, ouvir vários segmentos, e foi um sucesso. A Assembleia Legislativa estava lotada.

Quero invocar uma frase dita pelo Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, que, no julgamento da questão das coligações, teve a coragem de dizer também que se iludem aqueles que pensam que o povo brasileiro é imbecilizado — se é que se pode usar o termo — para não saber discernir. O povo brasileiro tem amplo discernimento do que quer e do que não quer. E, assim, tem ido nossa Comissão a vários Estados.

Eu, no que me compete por formação — sou administrador e economista —, fiz, nas minhas categorias, através dos seus conselhos regionais, uma enquete, uma pesquisa, ouvindo mais de 60 mil pessoas sobre a reforma política.

Quem sou eu, que tenho uma delegação de mandato, para dizer se o voto é obrigatório ou não? Quem sou eu para discutir sobre financiamento público? Eu devo explicar à população que o financiamento público é uma coisa importante. Se nós não explicarmos à população, o cidadão comum vai votar contra. Ele diz que não é a favor do financiamento público, porque o financiamento público, no entender dele, é dar mais dinheiro para o político roubar.

Então, eu queria lhe fazer um apelo, Lavenère, e aos seus companheiros que aqui estão. Eu, durante 6 meses nesta Casa, tenho ouvido pessoas importantes, políticos importantes, que acompanhava quando estava no Poder Executivo, onde fiquei durante 45 anos, dizerem que chegamos, o Congresso Nacional, ao fundo do poço. Repetimos isso, repetimos isso, repetimos isso. Eu queria lhes fazer um apelo cândido, um apelo dramático: como formadores de opinião importantes que são, por favor, não coloquem todos no mesmo saco, como disse a nossa Deputada Rosane.

Eu quero informar que houve uma renovação na Câmara Federal de quase 50%, se não me falha a memória. Eu, que não sou melhor que ninguém, a Deputada Rosane e o Deputado Reguffe somos pessoas que vieram para a Câmara Federal com o ideal de defender a população brasileira.

Tenho 65 anos de idade, sendo 45 de administração pública brasileira. Fiquei 15 anos aqui em Brasília. Vim para cá com o Ministro Nascimento e Silva criar o Ministério da Previdência e Assistência Social. A minha vida econômica, financeira e



peçoal está definida. Eu vim para cá, a exemplo da Deputada Rosane, para tentar reverter um quadro que todos, ou quase todos, dizem que não tem solução. Tem solução, sim!

Ainda agora eu disse numa Comissão... As pessoas dizem o seguinte: “Política é assim mesmo”. Não é assim mesmo, não! Nós temos aqui o Deputado Fontana, que quer mudar. Nós temos a Deputada Erundina, que é um exemplo de vida na administração pública brasileira. Nós temos o Deputado Edinho, que é um Deputado sério. É só olhar para a sua face.

Então, Lavenère, eu queria te pedir encarecidamente, como homem que tem voz, que ecoa, e aos demais expositores aqui que acreditem que nós estamos trabalhando. Essas pessoas aqui estão imbuídas do espírito público de bem servir. Saibam que ainda existem pessoas na Câmara Federal que querem atender os anseios, as carências e as necessidades básicas do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Edinho, além de cumprimentar os colegas que usaram da palavra, eu queria, de forma não tradicional ou regimental, sugerir que aproveemos aqui... Acho que não vamos ter, Deputada Erundina, a contrariedade dos demais colegas. Como houve essa decisão nossa de apresentar o relatório no início de agosto, que nós atendêssemos... Houve um apelo muito grande de diversos setores ligados à luta pela igualdade racial, que pretendiam fazer uma audiência pública que tivesse um olhar especial sobre esse tema.

Está aqui inclusive o requerimento do Deputado Luiz Alberto e do Deputado Daniel Almeida. O Deputado Luiz Alberto sugere o convite a dois professores que trabalham com o tema: Sr. Marcelo Paixão, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Sr. Clóvis Luiz Pereira Oliveira, também professor da Universidade do Rio de Janeiro.

Se nós estivermos de acordo, poderíamos usar a terça-feira que vem, às duas e meia da tarde, por exemplo, e os dois Deputados fariam um acordo entre os



convidados, para não ficarmos com excesso de convidados, e trariam pelo menos três convidados para debatermos esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Deputado Henrique Fontana, com relação ao dia... Com relação à proposta, eu, a Deputada Erundina e o Deputado Carlos Alberto não temos nenhuma dúvida. Já há um requerimento anterior, e V.Exa. participou de uma reunião hoje ainda em que houve apelo nesse sentido.

Agora, com relação à data, parece-me que não temos agenda para quarta-feira à tarde. Haveria algum problema da parte de V.Exa. ou não? Porque acho que nós teríamos tempo suficiente para divulgação e para organização dessa audiência. Se V.Exa. concordar, ficaríamos agendados para quarta-feira, às 14h30min. Pode ser? Pode ser, Deputada Erundina? Tudo bem?

Então, acolhemos o requerimento dos nobres Deputados, defendido por V.Exa. Fica essa audiência agendada para a próxima quarta-feira, às 14h30min, com a presença de representantes do movimento negro. A Ana Lúcia vai fazer os devidos contados.

Alguma coisa a mais, Relator?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quero responder a uma pergunta que recebi por escrito, Sr. Presidente. A cidadã ou cidadão — não deu para entender bem o nome — que me apresenta essa dúvida talvez não tenha compreendido bem a proposta desse fundo nacional.

Jamais a empresa contribuirá para um partido ou para um candidato. Ela vai fazer uma contribuição de caráter republicano, institucional, para o fundo nacional, e esse recurso será distribuído pelos critérios do custo global da eleição dentro de uma árvore — que hoje não é o caso de abordarmos aqui — que vai garantir que o recurso doado por essa empresa entre como se fosse um financiamento público, sem nenhuma vinculação com qualquer candidato ou partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Pois não.

Agora quero devolver a palavra aos nossos conferencistas, aqueles que desejarem fazer suas considerações finais.

Pede-me a palavra o Sr. Marcello Lavenère Machado. Tem V.Sa. a palavra.



O SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO - Sr. Presidente, nossas organizações têm caráter nacional. Existem sucursais das nossas organizações praticamente no País inteiro. Nós poderíamos fazer um esforço, a partir do parecer do Deputado Henrique Fontana, de mobilizar esses setores, em cada Estado, para que em cada Estado houvesse um contato com as organizações, sejam de sindicatos, sejam de organizações profissionais, sejam religiosas, para pedir aos eleitores de cada Estado que possam acompanhar o parecer do Deputado Henrique Fontana.

Apesar de haver um grande elenco de temas que expomos hoje, nós consideramos que o núcleo dessa reforma seja a questão do financiamento público e a lista preordenada — sem desqualificar as demais propostas, como da democracia direta.

Agora, Deputado Fontana, se houver um parecer que proponha uma lista preordenada parcial, portanto, dificultando o financiamento público... Tenho dificuldade de entender como pode ser o financiamento público exclusivo se eu der oportunidade a determinados candidatos de um partido de fazerem uma campanha para seu nome.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Vou esclarecer rapidamente, sem entrar na profundidade que merece uma pergunta como esta. Os candidatos não receberão recursos. Os recursos serão entregues, em última instância, à direção estadual dos partidos, que organizará, por exemplo, a campanha dos candidatos a Deputado Federal do PT, do PSDB, do PMDB, do PSB, de todos os partidos no Estado. E colocaremos uma cláusula de segurança: a metade desse recurso vai ser investido em iniciativas de caráter de campanha individual, mas de forma igualitária; e o candidato não poderá usar nenhum recurso para promover uma campanha própria como candidato a um voto nominal; e todos poderão ser votados nominalmente. Não é, como eu disse, o sistema de que eu mais gosto, mas sinto que é o que pode compor maioria para ser aprovado na Casa, sim, com o financiamento público exclusivo. Não penso que, obrigatoriamente, a lista tenha que ser integralmente fechada para o financiamento ser público.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO - Entendo, Deputado Fontana, que seja assim, mas também me pergunto como compatibilizar o seguinte: sou



candidato, estou no quinto lugar na lista e tenho a impressão de que meu partido vai fazer quatro. Como o partido vai impedir que eu faça, à revelia e sem recursos públicos, uma campanha própria, para que possa ser o quarto mais votado, inclusive desqualificando o primeiro, o segundo e o terceiro, e inclusive criando toda a trama de hostilidade, que sabemos que se estabelece. Meu opositor como Deputado Federal não é o candidato do outro partido, mas o candidato do meu partido, meu amigo, que disputa os mesmos votos que eu tenho na universidade, por exemplo, ou no sindicato dos metalúrgicos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Dr. Marcello, esse é o limite do sistema, é o limite do possível neste momento. De fato, não estamos discutindo, pelo menos entre nós dois — outras pessoas pensam diferente —, se o sistema de lista fechada pura seria melhor ou não. Eu considero que seria melhor, mas ele poderia trazer outro problema: esse quinto da lista, de que V.Exa. fala, poderia também estar totalmente desmotivado para participar do processo. Alguns criticam a nossa proposta, que eu defendo, que seria a lista fechada pura.

Como meu termômetro indica, com muita calibragem, que a lista fechada pura não será aprovada no Parlamento, considero o passo que devemos dar. Se o candidato fizer isso que V.Exa. sugere que ele possa fazer — e de fato pode —, ele pode ser cassado, porque as penalidades previstas vão variar desde multas pecuniárias fortes até a cassação de mandato, se ele utilizar recurso privado de qualquer fonte, além do financiamento público que o partido recebeu para fazer a campanha.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO - De qualquer forma, o que eu gostaria de dizer, concluindo, Deputado Fontana, Deputado Edinho, Deputada Erundina, é que as nossas entidades, as nossas organizações estão disponíveis para, diante de um parecer que elas possam defender, que elas possam assimilar, e que pode, eventualmente, ser igual àquilo que até agora nós discutimos, nós se empenharem em fazer esse trabalho em cada Estado, para fazer com que essa maioria, quem sabe, de Deputados que hoje têm menos motivação para aprovar uma reforma possa ser transformada em minoria.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - O nosso expositor Osiris Barboza também gostaria de fazer uma consideração final. Tem a palavra S.Exa.

O SR. OSIRIS BARBOZA - Em nome do MCCE, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, quero agradecer a oportunidade de ter participado deste grande debate, creio, de suma importância para o fortalecimento da nossa democracia.

Quero também parabenizar a Deputada Erundina por ter capitaneado esse debate e por ter convidado as instituições e os movimentos sociais para dele participarem; o Deputado Edinho, junto de quem estivemos, em São Paulo, naquele seminário da PUC; o Deputado Henrique Fontana, pelo trabalho e pelo esforço — que creio tenha sido realmente muito grande — de encontrar um consenso. Nós, dos movimentos sociais, também estamos trabalhando para isso, discutindo junto com as fundações partidárias, com outros movimentos sociais, com as fundações partidárias e inclusive com a Frente. Não tem sido fácil realmente encontrar consenso nesses pontos.

Nós acreditamos numa forma bem pedagógica — inclusive é essa a palavra que estamos utilizando — de poder levar esse debate à sociedade, porque sabemos dos pontos em contrário: a Oposição é forte, não só a oriunda dos partidos, mas também a da mídia, por conta dos interesses que tem principalmente nesse ponto, o financiamento público. Só para exemplificar, o Ministro Lewandowski fez um levantamento prévio acerca das eleições de 2010 e acredita que seu custo tenha girado em torno de 5 bilhões de reais. É um valor extremamente, excessivamente alto. E ele vai mais longe: acredita aqui isso foi só o oficial, fora o que há de caixa dois rolando por aí.

Então, é importante que levemos esses números para a sociedade, que a esclareçamos sobre a importância do financiamento público, da limitação desses gastos, porque sabemos que esses valores podem ser transformados em políticas públicas.

É dessa forma pedagógica que estamos promovendo — na verdade, construindo, Deputado Henrique Fontana, Deputada Erundina — o seminário. O MCCE pensa num seminário a ser realizado na segunda quinzena de agosto, e eu gostaria de obter um compromisso público de V.Exas. para participarem desse seminário. Eu gostaria que houvesse esse compromisso público, porque sabemos



que a participação de V.Exas. será extremamente importante e esclarecedora. Convidaremos a sociedade a participar. Gostaríamos de contar com o que já tem sido feito, com o acúmulo que a Frente Parlamentar tem. Então, nesse sentido é que o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral vem pedir de V.Exas. a participação nesse seminário e também a participação nos outros debates que ocorrerem aqui na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Também para suas manifestações finais, concedo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Mancha Prates.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA) - Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados, em particular à Deputada Rosane Ferreira, que não está aqui, no momento, assim como o Deputado Carlos Alberto, que, por favor, não entendam nossas colocações como um ataque pessoal aos Deputados, muito menos aos Deputados que estão aqui presentes, que estão aqui prestigiando este evento.

A nossa crítica, obviamente, é ao sistema político em vigor. E os números são incontestáveis: esta Casa é composta por uma maioria absoluta de empresários, banqueiros, latifundiários. Inclusive, o Palocci, quando acusado de ter negócios ou empresas, disse, se não me falha a memória, que cerca de 370 Parlamentares também tinham algum tipo de negócio, ou seja, eram empresários. Obviamente, se você pegar a população brasileira, verá que nela os empresários significam muito menos do que a proporção deles existente no Congresso Nacional. Isso nós estamos dizendo simplesmente por um problema de classe, mas há mais problemas, como os de gênero — as mulheres significam cerca de 8% dos Parlamentares apenas; os negros, muitos menos. Isso é fruto desse regime político.

Então, esse debate que nós estamos trazendo à tona... Obviamente, existem exceções. Por exemplo, o sistema proporcional permite que se elejam pessoas que não têm tantos recursos, mas, objetivamente, é eleita uma ínfima minoria dessas pessoas. Qualquer pesquisa sobre os gastos eleitorais ou observação dos eleitos pode dizer isso.

Então, acho que o debate a ser feito é exatamente sobre o sistema eleitoral, e por isso as propostas de mudanças; por isso nós temos que fazer esse debate, em



particular, como já foi dito aqui, nos movimentos sociais, para podermos reverter essa situação.

Em segundo lugar, para eu terminar, a proposta que nós trazemos, de 50% na divisão, não do fundo partidário, mas do financiamento público da campanha, não é uma proposta da CSP-CONLUTAS, evidentemente — nós acharíamos que isso deveria ser igualitário —, mas é uma proposta de consenso a que nós chegamos na Frente Parlamentar. Por quê? Porque se nós estamos trabalhando com a perspectiva de financiamento público e de não ter financiamento privado, o risco que corremos é de fazermos uma injustiça ao contrário. Não podemos negar que existem legendas de aluguel tanto entre as pequenas como entre as grandes agremiações, nem que, muitas vezes, no processo eleitoral, o tempo de televisão e tal é fruto de negociações, como se fosse uma legenda de aluguel. Se a gente coloca o financiamento partidário, a mesma coisa pode acontecer, evidentemente.

Então, nós corremos o risco de manter essa desigualdade, porque, como V.Exa. mesmo disse, Deputado Henrique Fontana, hoje existe uma desigualdade muito grande no financiamento privado. Quando nós jogamos para o financiamento público, nós queremos pelo menos diminuir essa desigualdade.

O Deputado Alceu disse com muita propriedade que gostaria de disputar com V.Exa. as ideias no Rio Grande do Sul. Perfeito. Agora, não só ele como outros candidatos de outros partidos também gostariam de, com o mesmo espaço, fazer a disputa das ideias.

Obviamente, os partidos continuarão sendo diferentes. Eles terão mais ou menos apoio, mas não por causa de recursos, não por causa de dinheiro, mas porque terão um programa com o qual as pessoas naquele momento concordarão, embora em outros momentos possam não concordar; porque terão pessoas que voluntariamente se disporão a trabalhar pelo partido e a ganhar os votos necessários fazendo o debate ideológico dentro da sociedade, mas não por causa dos recursos a mais.

Essa questão que nós queríamos colocar, porque, se não for um por dois, como é a proposta — na situação atual, por exemplo, do fundo partidário, a diferença entre quem tem menos e quem tem mais é de duzentos, e, obviamente, isso tira qualquer democracia do processo eleitoral, tanto na disputa entre Prefeitos,



como no pleito para Presidente da República, para Governador ou para qualquer outro cargo.

Essas são as considerações que nós gostaríamos de fazer. Reafirmo aqui o nosso compromisso de levar esse debate para todos os locais, em particular na defesa do financiamento público, que é muito menos perverso do que o atual financiamento, o privado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Mancha.

Tem a palavra, para suas considerações finais, a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Bom, eu quero ser muito breve, mas tentarei encaminhar algumas propostas que foram feitas aqui.

Essa Frente subsistiu a todas as adversidades, Marcello. Desde 2002 até agora, essa Frente sobreviveu graças à presença dessas entidades da sociedade civil nacional. São todas de âmbito nacional e têm um grau de representatividade e inclusive de pluralidade e diversidade muito grande. Quer dizer, têm de fato uma expressão de representatividade que talvez poucas iniciativas aqui na Casa tenham visto no curso desses últimos dez anos. Atualmente, nós temos 27 entidades. As que estão aqui representam as 27 entidades.

A distribuição dos temas a esses companheiros e companheiras que estiveram aqui expressa o pensamento desse coletivo de 27 entidades que se reúne com muita regularidade e que promove de fato um debate político-partidário focado na reforma eleitoral.

Eu queria propor algo, a partir da colocação do Lavenère e, depois, do que disseram o Luiz e os outros companheiros, entendendo, Deputado Henrique Fontana, que nós estamos concluindo um primeiro ciclo de um processo muito rico, e, sem dúvida nenhuma, sem querer nos colocar criticamente em relação ao Senado. Mas o nosso foi o método mais adequado, mais democrático, mais rico e mais mobilizador. Nós, que estivemos em grande parte das conferências estaduais, vimos que esse processo mobilizou um grande número de pessoas em todos os Estados. E V.Exa. tem tido a capacidade e a habilidade políticas de consubstanciar, no essencial, aquilo que se acumulou no curso desse processo.



Estou entendendo que nós, provavelmente, com esta audiência pública e com a próxima, sobre a questão racial e o problema eleitoral, a reforma política, concluiremos uma fase do processo, que agora se desdobra de forma mais objetiva, a partir de uma proposta que V.Exa. vier a fazer para discussão não só na Comissão Especial.

Quero propor que a Frente Parlamentar, a partir das propostas que foram feitas aqui, assuma junto a V.Exa. e junto à Comissão Especial o compromisso de estabelecer um calendário, por um prazo previamente estabelecido, para não ser uma coisa que não tenha fim, e que essas entidades, junto com a Frente, estabeleçam um processo, num prazo razoável, para que a sua proposta, aquela que vier a ser a média do pensamento da Comissão Especial, antes de ir ao plenário, seja levada, com conteúdos muito concretos à sociedade — o que não se deu neste primeiro estágio e nem poderia se dar, pois era um processo mais global.

Então, quero fazer essa proposta de encaminhamento. Se a Presidência da nossa Comissão Especial estiver de acordo, também consultando os companheiros das entidades que representam a Frente, pergunto se é viável colocar essa possibilidade e essa proposta: a Frente Parlamentar, junto com a Comissão Especial, e, em particular, com o Relator, estabelecer um calendário para as várias regiões do País, mobilizadas por essas entidades, para que V.Exa. e a Comissão Especial levem à sociedade organizada, neste momento do processo, uma proposta que seja a mais próxima da que vai ser apresentada no plenário da Câmara dos Deputados.

Por último, quero ouvir V.Exa., Relator, sobre a proposta de submeter aquela proposta que vier a ser construída até o final desse processo a plebiscito ou referendo, que é inclusive a proposta de alguns partidos que integram, inclusive, esta Comissão Especial.

Eram essas as minhas considerações. Agradeço a V.Exa., ao Presidente Edinho e aos companheiros.

Quero ainda dar um retorno aos companheiros, aos nossos funcionários e visitantes que estão aqui: a meu ver, esta foi uma das mais ricas audiências que fizemos no curso desses meses, o que indica que quando a sociedade civil está



presente ela agrega valor e agrega qualidade a um debate que se dá no espaço institucional.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Com certeza.

Também cumprimentando todos os que participaram desta audiência, digo que acho muito saudável a ideia de termos um calendário para continuarmos debatendo o tema, aprofundando e mobilizando mais setores da sociedade. Eu, por óbvio, vou me esforçar para participar do maior número de atividade possível. Esta é a grande tarefa que eu tenho neste período do meu mandato, sempre — e isto é público aos colegas — compatibilizando isso com o momento de vida especial que eu tenho por estar com um filho em processo de recuperação de um acidente de automóvel e, portanto, com uma maior necessidade de minha presença em Porto Alegre. Mas acho que nós temos muitos colegas com qualidade, e assim foi na primeira rodada de audiências.

Também sempre gosto de explicar o Regimento da Câmara, porque, às vezes, nem todo mundo, por óbvio, acompanha esse Regimento. Nós, na Comissão Especial, vivemos uma situação que, em um campeonato de futebol, chamamos de “morte súbita”. Não existem emendas nessa primeira fase. Na primeira fase, o Relator tem que ter a capacidade de ouvir, absorver, ir compondo maioria, ir negociando. Quando vai à votação, o projeto é aprovado ou rejeitado. Se for rejeitado, ele vai para o arquivo e termina como o da CCJ do Senado. Se for aprovado, ele entra na fase de tramitação, na qual pode receber emendas tanto na CCJ como depois, no plenário.

Por conta disso, tenho tido um cuidado muito grande para que o parecer que eu vou apresentar contemple uma parte muito importante da Comissão, pois assim ele arrancará fortemente. Isso não quer dizer que o diálogo nosso com os movimentos e com a sociedade civil não será continuado depois desse primeiro parecer, porque alguma emenda entrará e poderá haver uma mobilização grande, etc. Eu tenho a leitura de que, neste momento, as condições políticas eventualmente não estão sendo criadas para aprovar um determinado tema, e daqui a dois meses, por exemplo, elas poderão existir, fruto de uma intensificação do debate.

Sobre o tema do plebiscito, eu tenho sido franco, direto: vou colocar uma cláusula democrática de consulta à população *a posteriori* da experimentação desse



novo sistema. Ou seja, a minha visão é no sentido de que a democracia representativa deve assumir a responsabilidade de votar um sistema e colocá-lo em funcionamento imediatamente e, depois de duas eleições com esse sistema, na terceira, a população deve ser consultada se prefere o sistema novo ou se quer voltar para o sistema velho.

Penso assim porque temo — e eu sou muito direto nisso — que poderia haver, não da parte de quem está aqui, evidentemente, mas de outras pessoas, a criação de um ambiente que favorecesse uma simplificação muito grande, do ponto de vista do debate público, porque a maturação da defesa do financiamento público exclusivo de campanha, para falar do núcleo central de uma reforma, é uma discussão que precisa ser feita com um tempo adequado, para que não seja desigual.

Eu enfrento isso publicamente, tenho um grande amigo, um excelente Deputado, que é o Deputado Miro, por exemplo, que defende que o sistema só poderia entrar em vigor depois de submetido a uma plebiscito. E eu acho que esse não é o melhor caminho. Eu acho que nós precisamos da reforma, temos um grau de amadurecimento de movimentos que estão ocorrendo, há uma intensidade muito grande de contato com a sociedade, e os Parlamentares têm condições de votar esse novo sistema, o que, aliás, é tão difícil porque a reforma política também tem um outro desafio: ela poderia englobar não só cinco ou seis temas, mas dez, quinze, vinte temas, como questões de Estado, etc., que chegaram a entrar no debate. Em nossa lista inicial de debate eram perto de vinte temas, Deputada Erundina, e o parecer terminará abordando seis, sete, oito, exatamente por uma escolha no sentido de focar naquilo que é o possível.

Mas, então, eu acho que o calendário é excelente, e a minha posição sobre o plebiscito é esta: plebiscito, depois de testarmos o sistema por duas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem. Nós estamos chegando ao final, e eu gostaria de dizer, meu caro Relator, Deputado Henrique Fontana, que é prudente a decisão de V.Exa. de postergar a apresentação do seu pré-parecer, como acaba de colocar para a primeira quinzena de agosto me parece profundamente acertada.



Eu quero dizer que, tendo em vista os debates travados durante este ano no Congresso Nacional — e incluo o Senado — e as reuniões aqui realizadas, com audiências públicas, ouvindo as melhores cabeças do País, os movimentos sociais e as audiências públicas realizadas na maioria das regiões do Brasil, considero um importante trabalho. E considero que o parecer de V.Exa. deverá ser um fato extremamente positivo. É claro que a visão do Senado e a metodologia por ele adotada são diferentes daquilo que estamos fazendo aqui na Câmara dos Deputados.

Tenho a impressão de que estamos crescendo, estamos encorpando. Nós ainda não frustramos expectativas, e espero que isso não ocorra; que a expectativa seja crescente e o que o resultado do trabalho desta Comissão seja bastante positivo. E já temos experiências do passado. Quando passei pela Câmara, na década de 90, já se falava em reforma política. Fiquei fora 10 anos e voltei com este tema na ordem do dia.

Então, quero dizer que o meu partido, o PMDB, tem muita expectativa com relação ao parecer de V.Exa., e, como membro desta Comissão, eu também tenho. E nós queremos avançar. Na próxima segunda-feira estarei em Tatuí. Teremos nova audiência pública na próxima quarta-feira. Portanto, quero dizer que o fato de V.Exa. postergar para o mês de agosto me parece extremamente salutar.

Nós desejamos que este parecer, que voltará a ser debatido por esta Comissão para que outras sugestões possam ser a ele acrescentadas, seja muito forte. Se ele tiver o apoio desta Comissão ao ser votado e aprovado, deixará de ser do Relator Henrique Fontana e passará a ser da Comissão da Câmara, de 40 Deputadas e Deputados desta Comissão. Se ele tiver o apoio dos partidos por ela representados, tenho renovadas esperanças de que possamos aprová-lo no conjunto do plenário, para depois ele ir para o Senado.

Creio que estamos no caminho certo. Desejo a V.Exa. que Deus o inspire, para que possa concluir esse trabalho, de modo que tenhamos um parecer capaz de transitar pela Comissão, pela sociedade, pelo plenário e pelo Congresso Nacional. Era isso o que queria dizer a V.Exa.

Agradeço a todos a presença. Muito obrigado, Srs. Congressistas. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.